

EXTREMO ORIENTE MÉDIO, ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: A CONSTRUÇÃO DO ORIENTE MÉDIO E A PRIMAVERA ÁRABE

Leonardo Schiocchet*

RESUMO

A principal tese deste artigo é que o que explica a chamada Primavera Árabe não é especialmente o contexto político das últimas décadas, mas sim, o contexto histórico mais amplo da região. Isto é, a chamada Primavera Árabe é apenas mais um momento em um complexo processo de assentamento e imbricação de forças políticas, sociais, econômicas, étnicas, religiosas e nacionais. O texto aborda as principais questões históricas relacionadas ao Oriente Médio, assim como as principais perspectivas contemporâneas sobre este. O Oriente Médio é aqui definido enquanto uma área cultural e o texto visa responder as seguintes questões: o que levou à Primavera Árabe e no que ela consiste politicamente? O que se pretende com estas revoltas e, portanto o que virá depois? E, por fim, deve-se temer os "islamistas"?

Palavras-chave: Primavera Árabe; revolução; pós-colonialismo; Oriente Médio; nacionalismo; religião; etnicidade.

ABSTRACTⁱ

The main thesis of this article is that what explains the so called Arab Spring is not especially the political context of the last few decades in itself, but a much wider historical perspective. The Arab Spring is thus but a moment in a complex process of settlement and imbrication of political, social, ethnic, economic, religious, and national forces. This text is as much about the main historical issues related to the Middle East, as it is about the main contemporary perspectives about it. The Middle East is here defined as a cultural area, and the text seeks to answer the following questions: what caused the Arab Spring and of what does it consist politically? What is intended with these revolts and, thus, what will come next? And, finally, should we fear "the Islamists"?

Keywords: Arabic Spring; revolution; post-colonialism; Middle East; nationalism; religion; ethnicity.

1 ADMIRÁVEL MUNDO NOVO?

Osama Bin Laden está morto e o Ocidente se regozija com sua execução. Apesar de sua real importância no Oriente Médio e no mundo muçulmano, no Ocidente Bin Laden ainda evoca uma significância desproporcional. Mas também de outra forma o mundo mais uma vez contempla o Oriente Médio e os muçulmanos, enxergando algo novo. Os acontecimentos no norte da África e no Oriente Médio em 2011, que vêm sendo chamados por alguns de

* Pesquisador Associado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense (PPGAS/UFF) e ao Núcleo de Estudos sobre o Oriente Médio (Neom-UFF).

i. As versões em língua inglesa das sinopses desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.
The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.

“Arab Spring” (Primavera Árabe), vêm desafiando muito daquilo que se julgava saber sobre a região. No processo, muito do poder significativo de Bin Laden perdeu força. Para alguns, as revoltas de meados de 2011 no mundo árabe são uma forma de redenção sociocultural e político-histórica, na qual o passado a ser redimido é impregnado de significações religiosas que as revoltas deixam para trás com vistas ao (nosso) admirável mundo novo. De que forma entender hoje, então, o lugar do islã enquanto força política no Oriente Médio?

Muitos analistas políticos se viram tentados a explicar a possibilidade da chamada Primavera Árabe, que poucos antes haviam sugerido tangibilidade. Onde estariam os atores políticos capazes de transformar a região desta forma? Quais seriam as elites políticas por detrás desse processo, os laços transnacionais e os interesses das grandes potências? Mal sabia a maioria que o principal agente estava logo ali ao lado: o próprio povo. Não sabiam por que no “Ocidente” o povo do Oriente Médio evocava outras formas imaginárias. Formas estas, atualmente, sobretudo pós-11 de setembro, dominadas pelas representações de um conflito entendido enquanto ontológico entre as forças culturais do “Ocidente” e as forças culturais do “Islã”.

Um mundo no qual a perspectiva hegemônica sobre as relações entre o Ocidente e o Oriente Médio é aquela do “*clash of civilizations*” de Samuel Huntington (1993; 1996), um mundo radicalmente polarizado. E muito por conta de pessoas como Samuel Huntington, tal tem sido cada vez mais nosso tempo. Quer dizer, ao menos até o florescimento político de meados de 2011. Nesse mundo huntingtoniano, o Oriente Médio faz parte da “Civilização Islâmica” – classificada não de acordo com a unilinearidade típica da história positivista, mas de acordo com uma plurilinearidade antropológica similar àquela do clássico – e para a antropologia moderna, finado – conceito de “raça”. Isto equivale a dizer que, para Huntington e seus adeptos, as civilizações são plurais em suas origens e segundo suas características intrínsecas; e que estas categorias intrínsecas são essenciais. Assim, esta perspectiva “culturalista” de Huntington entende que a “Civilização Islâmica” não é politicamente atrasada, mas quase que ontologicamente distinta – argumento que, em uma perversão lógica, acha espaço fértil em um mundo pluralista e relativista tal como o mundo ocidental de hoje. Huntington toma o termo *clash of civilizations* (choque de civilizações) emprestado de Bernard Lewis (LEWIS, 1990). Lewis é um especialista no mundo árabe e muçulmano cujo enfoque está tipicamente em temas como “as raízes da ira muçulmana” ou “o que deu errado no mundo árabe”, já rendeu um lugar de destaque ao autor como inimigo do islã – que foi taxado por falta de neutralidade por conta de sua origem judaica. No entanto, existem aqueles que defendem que Lewis, diferentemente de Huntington, acredita que o suposto radicalismo inerente aos árabes e muçulmanos hoje é um desenvolvimento do século XX, que não encontra justificativa nos textos islâmicos ou na tradição islâmica.

A conclusão de muitos que seguem a tese de Huntington é que o autoritarismo, a violência e outras qualidades tão características da Civilização Islâmica – tal como seus valores intrínsecos (valores estes islâmicos, é claro) – tornam o Oriente Médio praticamente incompatível com a ideia de democracia (que, por sua vez, foi erigida com base em valores Ocidentais). Assim, dada a expansão do mundo islâmico dentro e fora das fronteiras do Ocidente – concluem muitos dos huntingtonianos, atualmente – o mundo pós-Guerra Fria está fadado a ver um embate entre “nós” e os “muçulmanos”; no qual estes últimos são representados como potencialmente trazendo “nosso” ocaso. Isto é, a menos que “nós” – superiores em tecnologia e valores – desde já nos protejamos, estaremos correndo o risco de perder as liberdades que nos custaram tanto tempo para conquistar.

Outra parte da humanidade apelidou essa forma de caracterizar o islã como radicalmente incompatível e intrinsecamente hostil ao Ocidente e ao Oriente Médio como profundamente islâmico nesse sentido de “islamofobia”. Este artigo busca desmistificar algumas destas visões sobre o Oriente Médio através de uma recontextualização da região em termos históricos e culturais, no sentido de fornecer matéria prima e análise para se pensar as revoltas que tiveram início em janeiro de 2011, sobretudo no mundo árabe. Mais diretamente, este artigo enfoca as seguintes questões centrais: o que levou à Primavera Árabe e no que ela consiste politicamente? O que se pretende com estas revoltas e, portanto o que virá depois? E, por fim, deve-se temer os “islamistas”?

A principal tese deste artigo é que o que explica a chamada Primavera Árabe, hoje, não é especialmente o contexto político das últimas décadas, mas sim o contexto histórico mais amplo da região. Isto é, a chamada Primavera Árabe é apenas mais um momento em um complexo processo de assentamento e imbricação de forças políticas, sociais, econômicas, étnicas, religiosas e nacionais. Este momento é mais bem entendido adotando-se uma perspectiva histórica de amplitude maior (não apenas árabe) e centrada em eventos que marcaram e transformaram a região de maneira pervasiva e duradoura. Entre estes principais eventos, podem-se citar, por exemplo, o domínio Otomano, a colonização europeia e a transformação dos territórios em Estados-nação, a criação de Israel e a questão palestina, a Guerra Fria, entre outros.

Esta primeira seção deve ser entendida como uma provocação à essencialização de um “Oriente” (médio-oriental) enquanto “outro” “ocidental”, ao mesmo tempo em que visa apresentar a argumentação relacionada à questão central abordada neste artigo (apresentada no parágrafo anterior). Assim, no que se segue, a estratégia discursiva observa a seguinte lógica: na seção 2, intitulada *Extremo Oriente Médio*, busca-se oferecer elementos para desnaturalizar as ideias de Oriente Médio e de médio-orientais bastante difundidas pelo senso comum, especialmente aquelas pautadas em uma mistificação de um Oriente longínquo constituído sem muita influência do Ocidente.

A seção 3, *O Oriente Médio enquanto área cultural*, visa problematizar ainda mais essas definições, oferecendo outras em seu lugar – que será a base para as discussões que se seguirão no restante do artigo. O foco na inclusão do norte da África como parte da definição proposta de Oriente Médio visa servir como base para que se entenda porque as revoltas do mundo árabe partiram da Tunísia e do Egito, espalhando-se de maneira “tão repentina” e tão sólida para o resto do mundo árabe.

A seção 4, *A reinvenção do Oriente Médio em Estados nacionais*, continua a desenvolver o contexto histórico da região, dessa vez chamando atenção para um contexto mais recente, marcadamente constituído em relação às potências coloniais europeias e o desenvolvimento de realidades nacionais atreladas à constituição e à manutenção dos Estados nacionais locais. Aqui se apresentam os principais elementos históricos para fundar a tese de que a Primavera Árabe é muito mais uma continuidade de um longo processo histórico de assentamento de elementos políticos, religiosos, étnicos e nacionais que quase ininterruptamente se manifestou através de revoltas em toda a região, que um momento histórico *sui generis* a ser entendido enquanto ruptura histórica.

Seguindo-se a isso, a seção 5, *O renascimento árabe e o contexto pós-colonial*, aprofunda ainda mais a construção do contexto histórico da região colocando em perspectiva uma miríade de ideologias como o socialismo, o pan-arabismo e diversos nacionalismos na região, que se constituem hoje como forças essenciais para se entender o contexto atual de revoltas da região.

Continuando essa temática, em *Uma nova era no Oriente Médio: Israel e os palestinos entre o Yom Ha'atzmaut e a Nakbah*, seção 6, afirma-se que a criação de Israel foi um evento que redefiniu os termos do vernacular político, étnico, religioso e nacional da região ressaltando o caso atípico do nacionalismo palestino que se desenvolve na impossibilidade prática da construção de um Estado-nação. Ressalta-se também aqui o impacto seminal dessa questão na região como um todo até os dias de hoje e apresenta-se a criação de Israel como símbolo do início de uma política que é definida em grande medida pela Guerra Fria, na qual o contexto político de então na região – que passa pela criação de muitos dos Estados nacionais no Oriente Médio – foi inscrito. Tanto a criação de Israel quanto a Guerra Fria marcam fortemente até hoje a configuração política médio-oriental que culminou hoje com a Primavera Árabe.

Em *A (re)ascensão do islamismo* (seção 7), problematiza-se como, em parte ligada à própria política israelense e ao contexto pós-Guerra Fria, o islã passa a constituir cada vez mais a linguagem política do Oriente Médio, ainda que as questões sociais assim codificadas tenham origens e motivações outras não necessariamente religiosas e que disputem ainda hoje espaço com elaborações locais de um período pré-1948. Afirma-se, então, que a essencialização do islã (e, sobretudo, de uma

distância teológica fundamental entre este o cristianismo) como fonte de atritos com “o Ocidente” (*sic*) – explicação já desconstruída ao longo das seções anteriores – impossibilita o entendimento do islã enquanto “idioma cultural” em que motivações outras (por exemplo, políticas e nacionais) são expressas.

Tal pensamento aprofunda um abismo entre um “Ocidente” liberal e um “Oriente” extremo criado e mantido muito por conta de discursos gerados antes por não médio-orientais. Aqui o islã enquanto inimigo essencial do “Ocidente” é desmistificado. Isto, por sua vez, oferece elementos importantes para se entender o futuro da política regional e das relações entre os países do Oriente Médio e o mundo ocidental enquanto comunidade imaginada – para além da imaginação do Estado-ação no sentido de Benedict Anderson (2006).

Então, em *A modernidade árabe* (seção 8), problematiza-se uma construção essencial da modernidade como uma característica basicamente ocidental da qual outras regiões do mundo se aproximariam ou se distanciariam, mostrando algumas das características centrais das modernidades árabes e de como estas se inserem na história da região. A intenção desta seção é também amarrar a discussão que se seguiu na seção anterior, sendo que aqui a (re)emergência do islã, enquanto força importante do idioma cultural regional, é entendida não enquanto “fundamentalismo” e atraso social, mas sim em grande medida enquanto reação autóctone e moderna ao idioma político contemporâneo pós-Guerra Fria.

Com isso, o contexto social médio-oriental é finalmente rerepresentado sob uma nova luz que permitirá a conclusão final do artigo. Dessa forma, a “conclusão”, fundada na discussão histórica apresentada, visa problematizar pontualmente as cinco questões interligadas apresentadas anteriormente: *i*) o que levou à Primavera Árabe; *ii*) no que ela consiste politicamente; *iii*) o que se pretende com essas revoltas; *iv*) o que virá depois; e por fim, *v*) deve-se temer os “islamistas”?

2 EXTREMO ORIENTE MÉDIO

Desde os tempos do Império Romano, do Império Bizantino e das Cruzadas, o imaginário europeu sobre o Oriente era em grande medida definido como uma imagem especular invertida do Ocidente, que haveria de ser transformado (civilizado) através das conquistas imperiais europeias. Porém, o século XIX demonstrou um interesse especial em tudo aquilo que fosse oriental. De forma diferente, o oriental atraía justamente por continuar ocupando o lugar extremo do “outro”; da terra árdua (desértica), de outra moralidade, de sensualidade incontável, do exótico oásis a ser conquistado pela aventura do ocidental – e não raro o Oriente era mesmo celebrado por estas qualidades. Muitos foram os pintores, escritores e viajantes que retrataram seus olhares sobre o Oriente, geralmente após viver por breves (ou não tão breves) períodos entre os orientais. Estes eram os orientalistas e foram responsáveis por grande parte da produção do conhecimento sobre este

mundo oriental – retratado na forma de diários de viagens, contos, poemas, romances, pinturas, fotografia e outros.

Tal Oriente, velho conhecido da Europa e sempre exotizado, extremamente “outro”, correspondia não ao que hoje chamamos de Oriente (Ásia Oriental), mas ao que chamamos de Norte da África e Oriente Médio. E dado que os orientalistas representavam aquilo que chamavam de Oriente segundo uma perspectiva ocidental (europeia), Edward Said cunhou o termo *Orientalismo* como significando o próprio olhar ocidental sobre o Oriente – denunciando que este saber, assim localizado, gera uma assimetria que informa as intervenções do Ocidente no Oriente e, portanto, constitui uma forma de imperialismo. Assim, orientalista é todo aquele que se debruça sobre este Oriente por meio de interesses, categorias de entendimento e representações sociais exotizadas, que pouco ou nada ressoam com o ponto de vista daqueles assim representados. Bernard Lewis é fortemente criticado em “o Orientalismo” (SAID, 1978), mas em outras ocasiões Said denunciou inclusive a antropologia, enquanto um saber que se funda em manter a distância entre o “nós” e o “outro” (SAID, 1989), portanto ainda completamente atada a seu passado colonialista.

Ainda que esta crítica certamente encerre uma verdade relativa, é também um pouco categórica demais – perdendo justamente por apresentar a mesma falta de nuance que o próprio conceito de Said critica naquilo que enuncia. Talvez nenhuma disciplina tenha criticado e se oposto mais o colonialismo que a antropologia – basta ver a produção de antropólogos como Talal Asad, entre outros (ASAD, 1973; 1993; 2003; 2007). Hoje, os chamados Estudos sobre o Oriente Médio – seja de antropologia ou qualquer outra disciplina das humanidades – se fundam justamente em grande medida como contraposição aos orientalistas; tal como a lógica da antropologia se constitui muito em contraposição à lógica do folclorismo (um tipo de contraposição que de certa forma engloba o seu contrário). A antropologia (pelo menos hoje) não vê a cultura como algo dado, estático e uniforme, tal como Huntington vê a “Civilização Islâmica”, mas justamente como algo relativo ao ponto de vista do sujeito e do contexto; um constructo complexo, dinâmico e heterogêneo. Portanto é lamentável que a ideia de “cultura” esteja sendo utilizada para justificar a análise política dessa vertente “culturalista” representada por Huntington, que tende a essencializar sujeitos segundo características que pouco ou nada ressoam com aquelas que os próprios sujeitos assim classificados reconhecem em si próprio e na forma como veem o mundo. Este culturalismo – bem diferente do que os antropólogos entendem pelo termo, diga-se de passagem – é nada menos que uma forma de preconceito. E a cada novo adepto da tese, o mundo segue cada vez mais parecido com o mundo orientalista imaginado por Huntington.

Para o que interessa neste artigo é necessária outra definição daquilo que se chama de Oriente Médio, ressaltando que Oriente Médio e o que o autor nomeia de “mundo islâmico” não são a mesma coisa, ainda que possuam vários ângulos em comum. É com isto em mente que enfatizam-se aqui algumas das continuidades e fraturas sociais médio-orientais de forma a chegar a entender a Primavera Árabe sem a necessidade de imediatamente atribuir “a” agência aos “islamistas”, ou sem imediatamente pensar que uma nova ordem pós-revolucionária seria ou será necessariamente impressa por grupos radicais islâmicos.

Desde o Império Romano aos dias de hoje, as representações sobre o Oriente Médio certamente se modificaram muito. Contudo, o autor é propenso a concordar com Said quando diz que esse exercício do exotismo tende a perpassar nossas representações sobre o Oriente Médio já desde os tempos da fundação da dicotomia entre o Ocidente e o Oriente. Este exotismo está tão entrincheirado em nossas visões de mundo que é difícil encontrar os pressupostos que deveriam suspender para passar a entender o Oriente Médio com lentes novas. Como mencionado anteriormente, muito analistas políticos e sociais tendiam a julgar que revoltas assim não ocorreriam tão cedo no Oriente Médio, não apenas por conta da mão de ferro inescrutável dos ditadores, mas também pelo inelutável caráter submisso do povo dominado à sua liderança carismática ou de legitimidade religiosa. Em outras palavras, tal povo tinha a liderança que “merecia”.

Para se entender o “efeito dominó” que as revoltas tiveram (e continuam a ter na região), antes, é preciso compreender as continuidades dos processos sociais mais gerais da região – e não atribuir as continuidades locais à uma teologia da violência ou à uma simbologia essencial descontextualizada. Quer dizer, no que se segue, procura-se apresentar algumas das forças políticas que constituem o Oriente Médio e o que permite lidar com a região como uma unidade sociológica. Isto servirá de base para que, por meio das tensões e fraturas do tecido social da região, entenda-se que revoltas são essas. Para tanto, é necessário entender um pouco mais do contexto político atual da região, para além do mero culturalismo orientalista, do rótulo desenvolvimentista (seja ele positivista ou marxista) de “atraso” ou, ainda, de análises fragmentárias do presente recente. A seguir, apresentam-se alguns dos processos socio-históricos concretos que ajudam a compreender tais revoltas.

3 O ORIENTE MÉDIO ENQUANTO ÁREA CULTURAL

Quais conexões existem entre o norte da África e o Oriente Médio? A resposta mais direta é a seguinte: o norte da África é composto por uma maioria de árabes, uma maioria de muçulmanos e passou por processos históricos e sociais semelhantes. Foram muitos os impérios que passaram pela região. É possível perceber

a interconexão entre o Oriente Próximo e a região do Egito já a partir de 3 mil anos atrás e, mais tarde, mesmo ainda antes da expansão do islã, se verifica a aproximação política, cultural e social de todo o norte da África ao Oriente Próximo e à Mesopotâmia. Para se entender essa ligação com mais propriedade é preciso, no entanto, fazer um sintético mergulho no tempo para entender a profundidade dos regimes políticos históricos na região. A intenção aqui é mostrar laços históricos tradicionais entre os atuais países do norte da África e o Oriente Médio.

Pode-se começar a mais ou menos 3 mil anos atrás, com o início do Império Médio do Egito. Logo depois, veio o Império Hitita, seguindo-se a este o Reino de Israel. Depois, seguiu-se o Império Assírio e, com a sua dissolução, surgiu o Babilônico e o Império Persa. Durante todo esse tempo – mais de 3.350 anos – o Egito sempre esteve ligado ao Oriente Médio, muito mais diretamente que ao resto do norte da África. Mas com a chegada dos persas a faixa mediterrânea do norte da África liga-se politicamente em definitivo ao Oriente Médio de forma mais radical.

Foi só então que surgiu o Império Macedônico de Alexandre, o Grande – que simbolicamente marca para a maioria dos ocidentais o início da cultura ocidental.¹ Como é sabido, foi Roma (República Romana e Império Romano) que trouxe a derrocada final do Império de Alexandre, o Grande. O maior império que o mundo tinha visto até então, assim como o anterior, tinha raízes no que hoje é considerado território ocidental. Já a queda do Império Romano trouxe o domínio sobre o Mediterrâneo mais uma vez para a periferia da Europa, com a ascensão do Império Bizantino – o primeiro império a tomar a região que desde seu início ao seu fim se definiu como cristão.² Durante a existência do Império Bizantino surgiu e desapareceu o poderoso Império Sassânida. Contudo até então a região tinha se desenvolvido, tal como resto do mundo, sem o islã.

Desde o surgimento do islã, até sua expansão máxima pelo Oriente Médio durante o período da Dinastia Omíada, não se passou muito tempo. Os territórios dos muçulmanos à época da morte de Maomé se expandiram por todo o Golfo Pérsico. Porém foi durante o reinado dos *Rashidun* (os quatro primeiros califas, conhecidos como os justos), que o islã (e com ele, os árabes) tornou-se uma força política marcante no Oriente Médio como um todo, ocupando desde o norte da Líbia, passando por todo o Golfo Pérsico, até a Síria e o Cáucaso ao norte, e o Paquistão e o Afeganistão ao oeste. Depois disto, muitas outras dinastias islâmicas se seguiram, várias vezes ocupando partes diferentes do território de domínio muçulmano. Em seu auge, estes territórios englobavam a Península Ibérica, o Marrocos, quase toda a Argélia, a Tunísia, a maior parte da Líbia, o Egito,

1. Via a ascensão da civilização grega.

2. Junto ao Reino da Armênia, no período medieval, o Império Bizantino foi o único no Oriente Médio que do início ao fim foi definido como império cristão.

Israel e os Territórios Ocupados, o Golfo Pérsico, a Síria, o Líbano, o leste da Turquia, o Cáucaso, o Iraque, o Irã, o Paquistão, e o Afeganistão (LAPIDUS, 1988; LINDHOLM, 2002). A expansão do islã via árabes pode ser entendida hoje enquanto um “evento crítico” – para usar o termo de Veena Das (DAS, 1997). Isto por causa de seu poder transformativo, dado que o islã e os árabes vieram a influenciar radicalmente toda esta região que em grande medida ainda hoje se define (e é definida) a partir deste evento. Também é importante notar que a maior parte da Península Arábica e o Marrocos apenas passaram a compartilhar os mesmos fluxos e processos históricos do Oriente Médio depois da expansão do islã.

Mas o islã não foi apenas representado pelos árabes, e logo outros grupos étnicos da região fizeram parte do rol de impérios muçulmanos, que de alguma forma buscavam legitimidade política através do islã. Primeiro veio o Império Seljúcida (turco), seguido da dinastia dos Aiúbidas (curdo) – conhecida por ser o império de Saladin – do Império Mongol (mongol) e por fim o Império Otomano (turco). Nesse meio tempo, outros grupos étnicos de religião muçulmana ascenderam ao poder, tal como os persas no Irã sob a dinastia xiita dos Safávidas (LAPIDUS, 1988; LINDHOLM, 2002).

Durante o período da Dinastia Seljúcida, a Europa, em nome do cristianismo, resolveu revidar a perda política e religiosa e iniciou as Cruzadas – que aconteceram em vários períodos distintos, mas todas entre o final do século XI e o século XIII. É então que surgem os Aiúbidas, que retomam Jerusalém e se expandem por outros territórios. A seguir, o Império Mongol ascende, conquistando tudo em seu caminho. Este foi o maior império (em termos de ocupação de terras contíguas) que já passou pelo mundo; chegando a ocupar desde a Coreia e a China inteira até a fronteira da Romênia com a Sérvia, passando, entre outros, pelo Irã, norte do Iraque, uma faixa ao norte da Síria, o Cáucaso e quase toda a Turquia. É importante lembrar que o Império Mongol tornou-se muçulmano durante sua expansão e após o contato com o Oriente Médio. Resta apenas citar o império que dominou o Oriente Médio por mais tempo: o Império Otomano. Este império chegou a conquistar o norte da Argélia, a Tunísia, quase toda a Líbia, Israel e os Territórios Ocupados, o Líbano, a Jordânia, a Síria, a Turquia, a Grécia, os Balcãs, o Cáucaso, as pontas noroeste e leste do Irã, o Iraque, o Kuwait, a maior parte do Iêmen e uma faixa ao leste e outra ao norte da Arábia Saudita (LAPIDUS, 1988).

Tanto por causa da duração extremamente longa do Império Otomano, quanto por causa do período relativamente curto de sua dissolução, este império está sem dúvida entre aqueles que mais marcaram a região nos dias de hoje. Por exemplo, atualmente muitos dos países que emergiram no Oriente Médio têm como base as regiões administrativas otomanas – muitas das quais, por sua vez, tinham como base enclaves e fluxos políticos e étnicos. Outro grande exemplo é

que o sistema político libanês (o confessionalismo) é fruto de uma relação política e de organização social no resto das terras do finado império, na maioria das vezes informal, mas um tanto quanto importante, tem parte de sua origem no sistema otomano de *millet* – que acabou por definir as minorias religiosas enquanto grupos corporados, além de atribuir então direitos e deveres diferenciados a cada grupo diferente de cidadãos.

Como consequência de toda essa história de ocupação, deve-se entender o Oriente Médio não apenas como formado por árabes muçulmanos, mas também por minorias étnicas e religiosas que hoje disputam espaço político complicando a arena política regional. Outra das grandes lições que esta história apresenta é que, para além do evento crítico da expansão do islã, o norte da África já pertencia tanto ao Mediterrâneo quanto ao Oriente Médio. Como pertencimento, aqui, refere-se ao conceito antropológico de “pertencimento social”, que significa algo semelhante ao pertencimento de um sujeito a uma família e a possibilidade de múltiplas formas de lealdade (SCHIOCCHET, 2011b). Contudo, enquanto o Mediterrâneo Europeu passou a ter certo desenvolvimento à parte, sobretudo com a chegada da Idade Média, o norte da África, a partir da conquista árabe, esteve cada vez mais ligado aos processos histórico-sociais do Oriente Médio. Quer dizer, sua identidade está ligada, nesse caso, historicamente, socialmente, etnicamente, politicamente, economicamente e religiosamente ao Oriente Médio – ao menos tanto quanto as discontinuidades étnicas, políticas e religiosas locais ligam diferentes grupos a outras geografias imaginadas. Parte essencial do argumento deste artigo é que são justamente as continuidades históricas imaginadas entre toda esta região – que se estende desde o norte da África, passando pelo Cáucaso e pela Península Arábica e chegando ao leste até o Paquistão e o Afeganistão – que explicam porque as revoltas na Tunísia espalharam-se tão rapidamente e tão consistentemente pela região como um todo. Além disso, como se explicará mais ao fim deste artigo, as mesmas continuidades regionais explicam porque a Primavera Árabe deve ser entendida segundo um contexto histórico recente mais amplo, que inclui também recentes eleições na Turquia e revoltas no Irã (chamadas de Revolução Verde).

Por isso, a partir de agora, passa-se a se referir ao termo Oriente Médio como englobando o norte da África. Para este texto, a definição de “Oriente Médio” segue como critério não a geologia ou, ainda, uma geografia política que tende a ressaltar continuidades e discontinuidades entre os continentes em detrimento de outras, mas, sim, pertencimentos sociais e culturais (entre os quais a política, etnicidade e religião estão subsumidos).

Por fim, essa história também expõe algumas das fragilidades por detrás da tese eurocêntrica (como aquela de Huntington) de que, enquanto a Civilização Ocidental tem a Grécia e Roma como elementos fundadores, o Oriente se funda

em uma base completamente distinta. Foi, inclusive, em grande medida, por meio de uma maioria de intelectuais judeus durante os califados árabes, que pensadores gregos se tornaram parte da tradição intelectual dita ocidental. Para além da sequência de pertencimento político aqui citado – que demonstra que Grécia e Roma fazem parte da herança história da Europa tanto quanto do Oriente Médio –, resta ainda lembrar que muitas das grandes ideias e invenções do Ocidente foram na verdade iterações de elementos vindos do Oriente. Para citar duas das mais importantes invenções, temos o próprio alfabeto latino (e mesmo o cirílico), que surge em decorrência de modificações do alfabeto grego, que, por sua vez, foi uma modificação do alfabeto fenício (Médio Oriental – região do atual Líbano). Há quem defenda que mesmo a própria dicotomia entre o bem e o mal – tão fundante da teologia cristã – é, na verdade, um empréstimo da doutrina maniqueísta e do zoroastrismo persa – difundida através das conquistas imperiais do Oriente. E a lista de elementos como estes é praticamente infindável.

Pode-se concluir, assim, que tanto ocidentais quanto orientais erigiram civilizações com base nesse conhecimento comum, para além de particularidades. O acento maior na diferença que uma civilização ou outra escolhe para si é mais uma construção seletiva de certa “linhagem” ancestral (com todas as suas implicações) que a suposta verdade perpetrada pelo axioma de que suas origens são completamente distintas e seus desenvolvimentos históricos paralelos apenas raras vezes tangentes. Tal “invenção da tradição” (HOBBSAWM e RANGER, 1983) é então, antes de mais nada, uma atitude político-ideológica com força ilocucionária e efeitos perlocucionários que muitas vezes escapam à intenção daqueles que assim encaram o mundo (AUSTIN, 1975). E, diante disto, só nos resta entender que esse “outro oriental” não é assim tão distante de “nós” quanto às vezes ambos os lados fazem parecer. Ainda que diferentes, ocidentais e orientais compartilham muito de uma história e processos sociais comuns.

4 A REINVENÇÃO DO ORIENTE MÉDIO EM ESTADOS NACIONAIS

Considerando que grande parte do Oriente Médio se encontrava sobre domínio Otomano até o final da Primeira Guerra Mundial, o que aconteceu com a região depois da libertação deste julgo imperial é a chave para se entender o Oriente Médio hoje. Basicamente, como os otomanos tinham se alinhado à Alemanha, os ingleses e seus aliados (sobretudo a França) buscaram apoio político entre grupos locais insatisfeitos com a “Porta” (como era chamada a burocracia estatal otomana). As minorias étnicas do Império Otomano (maioria populacional) formaram o núcleo duro de combate interno aos otomanos; entre eles, estavam os árabes, os armênios e os judeus (estes últimos árabes ou não).

Os registros demonstram que os ingleses negociavam com um e outro grupo, prometendo por vezes as mesmas concessões sem que um grupo tivesse conhecimento da negociação com o outro. O apoio dos judeus, sobretudo através de entidades sionistas ligadas a Theodor Hertzl (pai do sionismo político moderno), foi garantido mediante a promessa de fundação de uma terra para os judeus. Alguns dos mais importantes sionistas e seus aliados não eram judeus, mas cristãos ingleses que ocupavam alguns dos cargos mais importantes da burocracia britânica à época (FROMKIN, 2009). Já o apoio dos árabes foi garantido mediante a promessa de devolução das terras árabes sob o julgo otomano de volta aos árabes e resultou na Revolta Árabe de 1916, liderada pelo hachemita xerife Hussein Bin Ali (emir de Meca). As abundantemente correspondências entre os britânicos e Hussein Bin Ali demonstram tal promessa e ilustram a mediação.³ Contudo, a derrocada final do Império Otomano trouxe a realização de projetos políticos distintos, já em preparo concomitantemente às negociações com os grupos internos que se rebelaram contra o Império Otomano. No final, o que prevaleceu foram os acordos com a França e os interesses políticos mais imediatos do Império Britânico (sobretudo, acordos e tratados como Balfour e Sykes-Picot) – alguns dos quais coincidindo com algumas das demandas das elites daquelas minorias étnicas que os tinham apoiado – o que quase nunca correspondia aos interesses das massas – e outras vezes outras não coincidindo com nenhum interesse local.

A Revolta Árabe de 1916 aconteceu, em parte, porque o califado otomano nunca havia sido completamente aceito pelos árabes. Na visão britânica e francesa, isto, então, significava que, para ganhar a confiança dos árabes, eles deveriam apoiar outro líder que possuísse uma boa reivindicação ao título. Este líder foi, na visão europeia (em parte mal-entendida, em parte ativamente construída), o xerife e emir de Meca Hussein Bin Ali – que, já em 1917, conquistou espaço entre os europeus proclamando-se “rei do Hijaz”. Tanto foi assim que, quando o califado otomano foi formalmente abolido em 1924, Hussein Bin Ali foi brevemente empossado do título de novo califa. O que os europeus não entendiam era que não existia apenas um líder com qualificação para o cargo de califa; que tal título não era exatamente equivalente ao título de “rei dos árabes”; e, ainda, que, quando alguém se autointitulava “rei dos árabes”, isto pouco significava para a grande maioria da população local. O resultado desta equação foi que tanto Hussein Bin Ali quanto a maioria dos líderes que os europeus escolheram como “marionetes”⁴

3. Parte dessas correspondências entre Hussein Bin Ali e os britânicos (especialmente na figura do alto comissário Henry McMahon) encontram-se nos arquivos britânicos analisados por Fromkin (2009). Essa famosa transação foi retratada em romances e inclusive na tela do cinema. O mais célebre exemplo é sem dúvida o clássico romance (posteriormente lançado como filme) *Lawrence da Arábia*.

4. O termo “marionete”, longe de ser escolha do autor, foi o termo utilizado pelos próprios britânicos para se referir ao rei Hussein durante a conquista de Ibn Saud: “*We shall look fools all over the East if our puppet is knocked off his perch as easily as this*” [Pareceremos tolos por todo o Oriente se nosso marionete for derrubado de seu poleiro assim tão facilmente] – disse um Oficial britânico à época, tal como registrado por Fromkin (2009, p. 426).

para seus mandatos não possuíam legitimidade suficiente para responder pelos territórios que passaram a controlar (e, menos ainda, possuíam legitimidade para representar os árabes como um todo). Mesmo no próprio Hijaz, e sob proteção britânica, Hussein sofreu humilhante derrota entre os árabes. No início, a Grã-Bretanha até tentou salvaguardar o reino de Hussein do domínio de Ibn Saud (que também era aliado britânico),⁵ mas, depois de 1925, a Irmandade da Pureza havia conquistado a totalidade do território que hoje corresponde à Arábia Saudita. A Irmandade tentou, ainda, expandir suas fronteiras para áreas do mandato britânico no Iraque e Jordânia, mas o bom diplomata Ibn Saud – também conhecido como Abdul Aziz – tratou de firmar um acordo com os britânicos, que, por sua vez, acabaram por massacrar a Irmandade e legitimar o reinado de Abdul Aziz sob o que tinha se tornado então a Arábia Saudita (FROMKIN, 2009).⁶

As colônias (ou mandatos) europeus no Oriente Médio estenderam-se ao que corresponde hoje aos territórios do Marrocos, da Argélia, da Tunísia, da Líbia, do Egito, do Sudão, Israel e os Territórios Ocupados, Jordânia, Líbano, Síria, Iraque, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein, parte do Iêmen e de Omã. Esta colonização, no entanto, já havia começado mesmo antes da dissolução do Império Otomano, durou mais precisamente de 1830 (com a conquista da Argélia pela França) até 1975 (com a saída dos britânicos de Omã). Ao final da Primeira Guerra Mundial, a França – que já tinha conquistado a Argélia em 1830 (que por muito tempo foi tratada como parte integrante do território francês), assinado um acordo (Tratado de Bardo) que transformara a Tunísia em colônia francesa em 1883 e instaurado um protetorado no Marrocos em 1912 – ficou com as terras que hoje correspondem à Síria e ao Líbano. Já os britânicos – que já tinham transformado o Kuwait em um protetorado em 1899 e tomado o

5. Abdul Aziz Ibn Saud contava com muito mais que apoio britânico, já que a aliança entre as casas (um dos nomes para a família em árabe) Saud e Wahhab remonta ao século XVIII, quando Muhammad Ibn Saud (fundador do primeiro estado Saudita e antepassado de Ibn Saud) ofereceu proteção a Muhammad bin Abdul-Wahhab em *Al-Dariya*. A aliança entre a de Wahhab e aquela de Ibn Saud era ainda bastante reforçada por frequentes casamentos entre as duas famílias. Desde o final de 1912 um movimento rival religioso wahhabita (*al-Ikhwan al-Safa* – Irmandade da Pureza) tomou força na atual Arábia Saudita, o que impulsionou tanto militarmente Ibn Saud, quanto reforçou a legitimidade de seu apelo de conquista da península arábica. Como havia ocorrido com o movimento original islâmico de Maomé, o movimento religioso da Irmandade da Pureza diminuía ou até mesmo por vezes obliterava disputas tribais e outras disputas locais.

6. O wahhabismo pode ser considerado um movimento neotradicionalista que vai se hibridizar ao salafismo na década de 1960, com a influência dos petrodólares sauditas. O salafismo, em sua busca por um islã original prega uma volta ao califado, pois encontra o islã perfeito na época dos *Rashidun* (os primeiros califas). Muitos dos movimentos salafistas têm na volta ao califado uma substituição aos Estados nacionais de hoje. Muitos desses grupos salafistas são, por isto, antinacionalistas (mais que transnacionalistas) e oferecem amplo suporte aqueles militantes muçulmanos que fazem do proselitismo do islã (seja através da violência ou não) sua causa universal. Nesse sentido, tanto o massacre da Irmandade da Pureza por Ibn Saud quanto a relação cordial entre o reino saudita e a Inglaterra e os Estados Unidos, alimenta a visão político-religiosa de algumas redes sunitas islamistas radicais tais como a al-Qaeda (fonte: comunicação pessoal com Paulo Pinto). Para mais sobre o islã e a política, leia *Islã: Religião e Civilização*, de Paulo Pinto (2010).

Egito dos otomanos,⁷ transformando-o oficialmente em protetorado em 1914 – criaram um estado mandatário da Palestina e da Mesopotâmia. O mandato da Palestina foi logo dividido em Palestina e Transjordânia (dos quais saíram hoje Israel, os Territórios Ocupados e a Jordânia). O resto dos territórios otomanos de população árabe na península arábica foi então distribuído como favores às elites políticas árabes que lhes apoiaram durante a guerra.

O que resultou nessa partição foi uma série de tratados relacionados à partição do Império Otomano, entre os quais os mais importantes foram: o acordo secreto de Sykes-Picot (1916), a Declaração de Balfour (1917), Tratado de Sèvres (1920) e o Tratado de Lausanne (1923).

O acordo de Sykes-Picot foi assim chamado porque foi assinado por Sir Mark Sykes (tenente-coronel do exército britânico durante a Primeira Guerra Mundial e *protégé* de Lord Kitchener, então secretário de Guerra do exército britânico) e François Georges-Picot (diplomata francês), além da minoritária participação do governo russo. Segundo David Fromkin, o desenho da esfera de influência das potências europeias obedecia antes de tudo aos desejos dos britânicos. Nesse sentido, um mandato francês sobre a Síria era muito bem visto pelos britânicos, pois geraria uma zona *proxy* entre eles e os russos, o que protegeria o império em caso de guerra entre as duas potências (FROMKIN, 2009). O acordo previa que os territórios do Oriente Médio pertencentes então ao Império Otomano seriam administrados da seguinte forma: *i*) um mandato internacional sobre a maior parte do que hoje são os Territórios Ocupados e Israel; *ii*) uma zona de controle direto francês sobre o que atualmente é o Líbano, o litoral da Síria e o sul da Turquia; *iii*) uma zona de influência francesa sobre a maior parte do que hoje é a Síria e o oeste do Iraque; *iv*) controle britânico direto de um território que se estendia de Bagdá, passava por Basra e chegava até o atual Kuwait, além de incluir uma estreita faixa de terra que liga o Kuwait ao oeste da Península Arábica; e *v*) uma estreita faixa de influência britânica que se estenderia desde o território que corresponde hoje à Jordânia e ao sul de Israel até terras persas, e que ao mesmo tempo acompanhava o trajeto do controle direto britânico pela esquerda do mapa, até o sul da Península Arábica. Quando por advento da Revolução Russa de 1917 os russos tornaram o acordo público, os árabes – especialmente Hussein Bin Ali – sentiram-se desacreditados (MANSFIELD, 1973), pois o tratado violava as promessas feitas a eles por T.E. Lawrence (Lawrence das Arábias) e outros.

7. Desde o começo de seu governo sobre o território egípcio, os britânicos pensaram o Sudão segundo uma mesma lógica que ligava todo o fluxo do rio Nilo. Desde então – e até sua independência em 1956 – o destino do Sudão estaria ligado àquele do Egito. Segundo Fromkin, os britânicos governavam o Sudão em nome do Egito (o que os permitia defendê-lo de outras demandas europeias), mas de facto lidavam com o território como se fosse parte de seu próprio império (FROMKIN: 2009). A partir de 1924 e os britânicos governavam o Sudão segundo duas áreas administrativas distintas: o norte muçulmano e o sul cristão. Esta divisão serviu como base para a recente criação do estado do "Sudão do Sul" (nome provisório), que está prevista para o dia 9 de julho de 2011 – depois que um *referendum* sugeriu a separação do território e o presidente do Sudão, Omar el-Bashir, aprovou a separação.

Por sua vez, a Declaração de Balfour foi uma correspondência do governo britânico endereçada ao barão de Rothschild – um dos líderes da comunidade judaica na Grã-Bretanha. Enquanto a correspondência prometia um lar judeu na Palestina, não especificava como seria dado o processo de assentamento judaico e nem mesmo se na forma de um Estado nacional ou não. A declaração se comprometia ainda a não prejudicar “os direitos e o *status* político de comunidades não judias na Palestina” (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, [s.d.]). À época, a maioria dos árabes na Palestina já via os planos sionistas com suspeita, pois desde o final do século XIX presenciaram a chegada de judeus sionistas com a intenção de repovoar o país inteiro. Enquanto na época judeus compravam terras árabes – vendidas na sua grande maioria por donos de terra ausentes, muitos dos quais nem mesmo palestinos eram – os camponeses (que então eram a grande maioria da população palestina) se viam sem trabalho e sem terra, já que a maioria era substituída por mão de obra judaica (KHALIDI, 1998). Apesar disso, a falta de clareza na declaração de Balfour permitiu aos britânicos negociar com árabes e judeus sionistas ao mesmo tempo, sem que fossem completamente desmascarados por um ou por outro.

O Tratado de Sèvres foi o tratado de paz assinado em San Remo entre o finado Império Otomano e os aliados. Foi assinado depois do Tratado de Versailes em 1919 (que estipulou a criação da Liga das Nações), mas anulado em tudo que nele diferia do posterior tratado de Lausanne. Ainda assim, foi o tratado de Sèvres que consolidou os acordos de partilha do Império Otomano entre as potências européias, segundo os moldes de Sykes-Picot – com exceção da Palestina, que acabou sendo transformada em mais um mandato britânico. Este tratado também propiciou a criação do reino do Hijaz, sob a liderança do próprio Hussein Bin Ali – posteriormente anexado ao que viria a se tornar a Arábia Saudita. O reino do Hijaz correspondia então ao leste da atual Arábia Saudita, mais precisamente, a região de Meca, Medina e o primeiro centro de expansão do Islã ainda nos tempos de Maomé. Além disso, Sèvres também possibilitou a criação da Armênia, expandiu as fronteiras gregas, previu a soberania britânica sobre o Chipre e a criação de um Curdistão ao leste do que hoje é a Turquia. Destas últimas, apenas a proposta relacionada ao Curdistão foi rechaçada no posterior Tratado de Lausanne, pois era insatisfatória mesmo do ponto de vista curdo – já que deixava de fora as terras de demanda curdas dos atuais Iraque, Síria e Irã. Como Lausanne não voltou a versar sobre o Curdistão, a demanda de autonomia curda, de várias formas distintas, persiste até hoje.

Tanto sionistas quanto árabes tinham assinado o tratado de Sèvres (UNISPAL, 2011a), mas como se verificará mais adiante, a elite árabe que assinou o documento estava longe de representar os árabes como um todo. Vale apontar também que quando entrevistado sobre o Tratado de Sèvres, Lord Arthur Balfour afirmou que os mandatos tinham sido uma limitação imposta pelas próprias potências que conquistaram

a região, já que a autonomia da Liga das Nações apenas a permitia supervisionar a implantação do acordo (UNISPAL, 2011b); ou seja, cabia à Inglaterra e à França decidir o que fazer com as terras recém-adquiridas.

Por fim, o Tratado de Versailles anulou o de Sèvres no que se refere ao território da Anatólia, que foi mais uma vez disputado durante a guerra de independência turca – liderada por Mustafa Kemal “Ataturk”. Esse tratado definiu as fronteiras do recém-criado Estado da Turquia sobre os escombros do Império Otomano e foi ratificado em 1924 por ela mesma, mas também pela Grã-Bretanha, Japão, Grécia e Itália; e finalmente então registrada nos arquivos da Liga das Nações. Neste tratado a Turquia formalmente abdicava de seus antigos territórios no Oriente Médio (incluindo o norte da África), no Chipre, e outros.

Para o mandato britânico sobre a Mesopotâmia foi apontado como líder Faisal, um dos filhos do xerife Hussein. Já o mandato britânico sobre a Palestina foi registrado pela Liga das Nações em 1920 na conferência de San Remo. Em 1922 a potência mandatária, a Grã-Bretanha, através do chamado Memorando da Transjordânia, separou então o território da Transjordânia (aqueles a leste do Rio Jordão) daquele da Palestina (à oeste do Rio Jordão). À Transjordânia (que mais tarde transformou-se na Jordânia) foi cedido o direito de autonomia e outro dos filhos de Hussein, Abudullah, foi apontado como soberano sobre o novo reino. Enquanto isso, na Palestina, foi imposto o domínio direto britânico, que durou até 1948, com a criação do Estado de Israel – de sugestão britânica e aprovação na assembleia da nova entidade internacional criada a partir da própria Liga das Nações: a Organização das Nações Unidas (ONU).⁸ Durante o período do mandato ocorreram duas pequenas mudanças na constituição territorial com grandes consequências no presente.⁹

De forma semelhante à intenção inglesa em relação aos judeus na Palestina, o Líbano foi criação do mandato francês na Síria. Quer dizer, a intenção francesa era a de dar autonomia aos cristãos maronitas – em um território que por muitos séculos serviu de abrigo para minorias étnicas no Oriente Médio – de forma a

8. A Comissão da ONU que se encarregou da repartição da Palestina em 1948 foi presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha. Há também quem insista que naquela mesma ocasião foi também Osvaldo Aranha quem deu o voto de minerva em favor da criação de Israel, mas este é ainda hoje um ponto controverso.

9. A primeira delas foi conhecida como a questão das “Sete Vilas” (*Kura Saba’a*, em árabe): em 1920 o tenente-coronel britânico Stuart Newcombe sugeriu que a fronteira que dividia as terras do Oriente Próximo entre a Grã-Bretanha e a França não dividisse as vilas e os grupos sociais. Das 24 vilas que estavam em questão, todas acabaram então fazendo parte do mandato britânico (hoje então incorporadas a Israel) enquanto que, por sugestão do general francês Henri Gouraud, as sete vilas xiitas que faziam parte desse grupo de 24 foram incorporadas ao território francês (hoje libanês) (Schiocchet, 2011a). A segunda foi em 1923, quando as Colinas de Golan foram transferidas pelos britânicos ao julgo francês da Síria, em troca da região de Metula, parte do atual território israelense (Pappe, 2004).

ganhar influência absoluta na região.¹⁰ Conflitos entre vários grupos políticos, organizados de acordo o pertencimento religioso (sobretudo entre maronitas e drusos), começaram a tomar um tom mais sectário já no final do século XIX (ainda durante o domínio Otomano), em grande parte por conta de como a França (sobretudo via igreja maronita libanesa) e os britânicos (sobretudo via a liderança drusa) ofereceram apoio a estas elites locais, que assim ficavam sob as respectivas influências europeias (MAKDISI, 2000).¹¹

De forma geral, os árabes desde o início não aceitaram este novo Oriente Médio moldado por mãos europeias e interesses de elites locais. Depois de 1919 revoltas se fizeram sentir em todo o Oriente Médio. O prelúdio foi a revolta no Egito em prol da independência, ainda em 1918, a que se seguiu a revolta de 1919. Depois, ainda em 1919, houve uma guerra na fronteira entre o Afeganistão e a Índia; revoltas árabes contra judeus sionistas, em 1920, no oeste da Palestina mandatária; e pouco depois, ainda em 1920, houve uma revolta também no Iraque (FROMKIN, 2009). Do outro lado da fronteira europeia, a França decidiu ir à guerra contra a Síria – que demandava independência – e parte dos novos “libaneses” pegou em armas para tentar evitar a autonomia do novo estado, notadamente entre sunitas e outros habitantes das maiores cidades costeiras

10. Já haviam árabes muçulmanos sunitas no Líbano, é claro, desde o início da expansão islâmica no século VII. Mas já no século XI a região do Monte Líbano (hoje parte do Líbano), assim como toda a região em volta de Antioquia (hoje na Turquia), recebeu um influxo de cristãos maronitas que buscavam o refúgio da perseguição feita pelo Império Bizantino. Em 1016 muitos daqueles muçulmanos (e mesmo cristãos e judeus) no Monte Líbano, Jabal 'Amil (hoje sul do Líbano), Galileia (hoje norte de Israel) e Jabal el-Druzi (hoje no oeste da Síria) se tornariam drusos. Os xiitas se somaram a estas minorias a partir do século XII – primeiro através de uma conversão em massa ao xiismo na região de Kesrawan (parte do Monte Líbano) e depois em Tiro – no sul do Líbano – (Trabulsi, 2007). Como a comunidade de Kesrawan acabou migrando para o Vale do Beqa (no oeste do Líbano), tanto o sul quanto o leste do país hoje (até a fronteira com a Síria) é de maioria xiita. Estas duas comunidades xiitas viviam quase que completamente desengajadas politicamente e quase que isoladas umas das outras até a vinda do clérigo iraniano de origem libanesa Musa al-Sadr ao Líbano em 1959 (Ajami, 1986). Após a segunda invasão israelense no Líbano, em 1982 (ano de criação do Hizbollah), muitos xiitas fugiram do sul do Líbano em direção aos subúrbios sul de Beirute (sobretudo Dahyeh) – que hoje é também uma das áreas de maioria xiita no Líbano.

11. O sistema político libanês tinha sido então concebido pelos franceses de acordo com a seguinte fórmula: o presidente da República seria sempre maronita; o primeiro-ministro, sempre sunita; o porta-voz do governo, xiita; e haveria uma relação de 6:5 em favor dos cristãos no parlamento. Porque o cidadão libanês era representado por uma autoridade política com base em seu pertencimento religioso, tal sistema foi chamado de “democracia confessionalista” (em árabe, *ta'ifiyah*) e previa que questões legais ligadas às esferas da vida privada do cidadão (como casamento, herança, entre outras) seriam reguladas por órgãos confessionais dentro do próprio Estado. Isto, na prática, significava que nem todos os cidadãos libaneses possuíam os mesmos direitos e deveres, que não existiria casamento civil, para além de outras especificidades (Saadeh, 1993). Para além do Monte Líbano (de maioria absoluta cristã), este *Grand Liban* criado pelos franceses, em 1920, incorporava os seguintes territórios: as grandes cidades litorâneas de Trípoli, Beirut, Sidon, seus respectivos entornos, além da região de Akkar ao norte do Monte Líbano (todas de maioria sunita); e as regiões Sul e Leste do Líbano, incluindo Tiro e Baalbek (de maioria xiita). A equação permitia fazer um país economicamente viável, pois anexava às terras férteis do vale do Beqa, do sul e as importantes cidades portuárias, ao mesmo tempo em que colocava a elite maronita em posição de comandados. No total, em um Líbano assim criado, cerca 51% dos cidadãos libaneses então eram cristãos, enquanto que 49% eram muçulmanos. O que legitimava – segundo o pensamento dos franceses – um estado confessional nas mãos dos maronitas (Trabulsi, 2007).

(TRABULSI, 2007).¹² Os turcos, supostamente politicamente destruídos, resistiram aos acordos europeus também em 1920; e até mesmo a Rússia sofreu resistência política na Ásia Central. Além disso, praticamente todos os conflitos no Oriente Médio, ainda hoje (incluindo a Primavera Árabe), devem ser vistos como possuindo pelo menos alguma inspiração e motivação neste processo de construção de fronteiras nacionais iniciado pela colonização europeia – como ficará mais claro nas próximas seções.

Fica evidente, por tudo aquilo que foi exposto na seção anterior, que os Estados nacionais do Oriente Médio foram criados obedecendo certa lógica fronteiriça local. Mas também fica claro, por tudo aquilo que foi exposto nesta seção, que tais fronteiras, semelhantes às que por vezes serviram como fronteiras imperiais, serviram aos interesses dos conquistadores. Houve revolta popular no mundo árabe contra os otomanos, mas esta revolta foi contida por potências europeias por meio do apontamento de líderes fantoche locais. Já as revoltas que se seguiram a estes apontamentos não puderam ser sempre completamente contidas por líderes locais ou mesmo pela Europa – ainda que estes tenham tentado se manter no poder, sobretudo por meio da violência. Alguns destes líderes caíram durante os processos sociais que se seguiram, enquanto as mãos de ferro de outros (muitas vezes somada à ajuda militar europeia) os mantiveram no poder. Muitas das clivagens sociais que foram ativadas nesses processos locais, tais como pertencimentos tribais, religiosos e sociais, persistiram (abafadas) sob um manto de normalidade (e legalidade).

Além disso, as clivagens sociais, que serviram de base para que a Europa redesenhasse o mapa do mundo árabe, obedeceram simplesmente à lógica das lealdades locais que tinham que ser acomodadas e aos interesses europeus. Assim, enquanto Mossul ganhou estatuto especial sob o semblante de autonomia curda e o Líbano ganhou independência sob a discreta bandeira da proteção cristianismo,¹³ outras regiões e clivagens sociais não tiveram o mesmo destino – despertando persistentes demandas sociais e territoriais de outras minorias. Nos anos que se seguiram, o mapa do Oriente Médio iria sofrer mais algumas alterações importantes que serão apresentadas nas seções seguintes.

Para finalizar esta seção é importante ressaltar que o senso comum ocidental e mesmo muitos analistas políticos tais como Huntington, falharam em perceber o

12. Foi um cristão quem liderou a resistência contra a criação do Líbano. Seu nome era Antoun Saadeh, fundador e presidente do *Hizb el-Qawmy sury* (Partido Social-Nacionalista Sírio) – de orientação nacionalista e inspirado em parte no nazismo europeu. Antoun tinha uma ligação importante com o Brasil, onde chegou a morar em dois períodos distintos, e de onde liderou por um tempo seu partido, fundado em 1932. O nacionalista foi assassinado pelo governo libanês em 1949 (Saadeh, 2000).

13. Por isso o Ocidente viu por meio do prisma do sectarismo a revolução legitimamente secular e democrática da maioria do povo libanês (que por razões políticas e não religiosas eram na sua maioria – e maioria apenas – muçulmana), durante a Guerra Civil Libanesa (1975-1990).

contexto social mais amplo a sua volta e o desejo generalizado de autonomia e autossuficiência dos povos da região. Propõe-se aqui entender a Primavera Árabe enfocando sua continuidade com os processos sociais descritos até agora e outros que se seguirão, ainda que em termos políticos as revoltas de hoje tenham gerado, sim, uma série de importantes rupturas. Portanto, é importante esclarecer que a posição analítica do autor subentende que a única forma de se entender com propriedade as grandes questões sociais, étnicas, políticas e religiosas do Oriente Médio, atualmente, é de acordo com uma perspectiva pós-colonial. Isto significa, em outras palavras, entender o Oriente Médio não segundo uma teologia ou simbologia cultural descontextualizada ou segundo seu atraso político e social, mas, precisamente, entender os fluxos e processos sociais do Oriente Médio de hoje enquanto expressão de processos sociais modernos que persistem na contemporaneidade.

5 O RENASCIMENTO ÁRABE E O CONTEXTO PÓS-COLONIAL

Por um lado, como visto na seção anterior, o processo de formação dos Estados nacionais no Oriente Médio não pode ser entendido como estando apenas relacionado ao período pós-colonial e as efetivas declarações de independência dos países que se conhece hoje. Fronteiras religiosas, étnicas e políticas já vêm sendo desenhadas séculos atrás – muito antes da invenção colonial europeia. Por outro lado, foram os mandatos e as colônias que trouxeram forma definitiva (ou quase) a grande maioria dos Estados-nações que se seguiram. Além disso, foram eles também que serviram de artifício político para legitimar internacionalmente – perante um órgão especialmente criado para isso, a Liga das Nações – certas lideranças políticas locais (aliadas ao Ocidente) à custa de outras.

Ainda que considerando suas importantes especificidades, o que todos os processos de independência dos países do Oriente Médio têm em comum é que a grande maioria sofreu com a falta de legitimidade dos governantes locais aos olhos dos povos que passaram a comandar. Além disso, tais processos de independência – alguns bastante longos – tenderam a ser bastante marcados pelo desejo popular de autonomia política – sendo que esta autonomia era vista agora como tendo sido cerceada pelo imperialismo europeu. O impacto de tais mudanças, desejos coletivos e sua influência como agente mobilizador ainda hoje não deve ser menosprezado, já que o processo de independência do julgo europeu na região começou em 1922 e foi até 1971 – sendo que a grande maioria dos países que se conhece atualmente na região tornou-se independente entre o final da década de 1940 e o final da década de 1960.

Foi o Egito que se tornou formalmente o primeiro país independente do julgo colonial, em 1922 – ainda que as relações coloniais fossem persistir por muito mais tempo.¹⁴ Depois veio o Iraque em 1932; o Líbano, a Jordânia e a Síria em 1946; Israel em 1948;¹⁵ a Líbia em 1951; o Marrocos e o Sudão em 1956; o Kuwait em 1961; a Argélia em 1962; o Iêmen em 1967; Omã em 1970; e finalmente o Qatar e os Emirados Unidos em 1971.

Movidos, sobretudo, por sentimentos anticoloniais, a grande maioria desses processos de independência envolveu uma dialética entre a resistência armada por parte de grupos locais e a violenta repressão por parte das potências coloniais – sendo o caso da Argélia talvez o caso mais emblemático. E como a grande maioria desses processos se consolidou em meio à Guerra Fria (1947-1991), muitos foram os países que acharam vantagem ou se viram na obrigação de se alinhar a uma ou outra parte. Alguns tenderam a aliar-se ao eixo liderado pelos Estados Unidos, enquanto que os outros tenderam a ligar-se de alguma forma a União Soviética.

Entretanto tal alinhamento é apenas ilustrativo de uma tendência, já que na prática o Oriente Médio não era assim tão polarizado e os líderes locais jogavam com uma ou outra potência de forma a facilitar sua própria agenda. Por exemplo, durante a guerra civil libanesa, surgiu uma miríade de forças políticas internas que se ligavam mais ou menos a um ou a outro lado do mundo – assim como o mundo era fortemente percebido na época. O Oriente Médio, com suas reservas de petróleo e gás natural, tornou-se uma importante arena política da Guerra Fria. O espectro total de forças políticas do Oriente Próximo, no entanto, tendia ao alinhamento com a União Soviética por causa, sobretudo, da centralidade que a questão da Palestina tomou à partir da criação de Israel em 1948 e da postura política pós-colonialista antieuropeia (e portanto antiamericana) de muitos dos países da região. Estas duas últimas questões estavam (e continuam estando) intimamente ligadas, como exposto a seguir.

A criação de Israel por indicação da Assembleia-Geral da ONU, em 1948, foi uma das maiores expressões da modernidade no Oriente Médio, influenciando decisivamente o Oriente Médio até hoje. Por isso, juntamente à expansão árabe e islâmica, entende-se que a criação de Israel pode ser entendida como um ponto fulcral na história da região. Porém, antes de se entender a reação árabe à criação de Israel, é necessário entender um pouco mais do contexto da região à época.

14. O julgo colonial persistiu diretamente até 1936 e indiretamente até pelo menos 1953, quando finalmente o *Free Officers Movement* (movimento do qual emergiu Gamal Abdel Nasser), resolveu nacionalizar o Canal de Suez, que até então pertencia aos britânicos e franceses, que por sua vez mantinham cerca de 80 mil tropas na região – a maior concentração militar do mundo então (Scholze, 2008). Ao longo dos anos, a Crise de Suez iria envolver Israel e desembocar na Guerra dos Seis Dias.

15. Ainda que seu atual território oficial tenha sido definido apenas após a grande expansão de 1967 e outras aquisições posteriores, ainda não reconhecidas pela ONU ou pela comunidade internacional.

Em 1948, o pensamento dominante no Oriente Próximo era efeito direto de séculos de domínio otomano e quase três décadas de hegemonia europeia. O pan-arabismo – que surgiu a partir da década de 1920 – se tornou uma força central nos processos políticos locais e o líder egípcio Gamal Abdel Nasser era visto por muitos como o grande representante dessa ideologia. A ideologia tinha base no movimento estético chamado de “*Nahda*” – ou o “Renascimento Árabe” –, que, por sua vez, tinha surgido já no final do século XIX no Egito e se propagado para grande parte da região décadas depois. Para além de Cairo, outros dos principais centros da *Nahda* foram Beirute,¹⁶ Damasco e Bagdá (KASSIR, 2006).

A *Nahda* encontrou inspiração para a rearticulação daquilo que era genuinamente árabe nos tempos do domínio de Muhammad ‘Ali¹⁷ sobre o Egito e a Síria – sobretudo suas ideias nacionalistas – (KASSIR, 2006). Assim sendo, a *Nahda* foi um movimento que propulsionou não apenas novas estéticas artísticas, mas também uma precursora estética política nacionalista árabe.¹⁸ E Muhammad ‘Ali inspirou assim não apenas a definição daquilo que era considerado verdadeiramente local, mas também, em contrapartida, como o mundo árabe deveria ser agora livre do domínio Otomano. A tese principal de Samir Kassir, em seu livro *Being Arab*, é de que, parcialmente como resultado de interpretações orientalistas da história árabe, os próprios árabes dividem seu legado em três fases principais, para além da atualidade: *i*) a Era de Ouro, mais ou menos quatro séculos por volta do tempo das dinastias Omíada e Abássida; *ii*) ‘*Asr al-Inhītat*¹⁹ (em árabe, “Era da Decadência”), também chamada de Idade Média Árabe, marcado pela queda dos Abássidas, as invasões dos mongóis e dos cruzados, a ascensão da dinastia dos mamelucos²⁰ e a maior parte da dominação otomana;²¹ *iii*) a *Nahda*, que tem suas raízes no meio do século XIX e durou até o final da Primeira Guerra Mundial segundo alguns, ou até a criação de Israel para outros; e *iv*) o período atual, representado por uma nova decadência (KASSIR, 2006).

Muito embora na melhor das hipóteses a *Nahda* tenha acabado à época da criação de Israel, muitas das ideias das quais se alimentou são forças importantíssimas no mundo árabe atual – sendo seu maior fruto político o pan-arabismo.

16. Muitos dos jornalistas que participavam ou cobriam a *Nahda* no Egito eram de descendência libanesa, o que causou a rápida expansão do movimento para o Líbano e para o resto do Oriente Próximo (Kassir, 2006).

17. Ou Ali Pasha – albanês que primeiro “libertou” o Egito de Napoleão para os Otomanos e depois estabeleceu a autonomia do Egito em relação ao próprio Império Otomano.

18. De acordo com Akram Khater, além da influência da *Nahda*, ideias nacionalistas no Oriente Médio (sobretudo no levante) teriam surgido justamente no *mahjar* (locais de emigração) por conta de dispositivos de contraste com o contato com o outro e pela influência dos *muhajirin* (imigrantes) da volta à terra natal (Khater, 2001).

19. Em árabe, *inhītat* é justamente o antônimo de *Nahda*.

20. A origem da palavra mameluco vem do árabe *mamluk*, que significa “pertencido” ou “escravo”. Parte da razão pela qual essa dinastia figura aqui é porque eles não eram árabes, mas, sobretudo turcomanos (cumanos e outros).

21. Até a série de reformas políticas modernizadoras chamada de *Tanzimat*.

De semelhante sentimento de pertencimento étnico também surgiu, de uma forma ou de outra, a maioria das variações nacionalistas que se encontra no mundo árabe até os dias de hoje. Por exemplo, com clara inspiração na *Nahda*, surgiram vários partidos políticos de orientação socialista e nacionalista no mundo árabe pós-colonial. O Partido Nacional-Socialista Sírio (de Antun Sa'adeh, no Líbano) é apenas um exemplo. Outro grande exemplo é a miríade de partidos de orientação socialista e nacionalista que surgiu em todo o mundo árabe sob o nome de *Ba'ath* (em árabe, “renascimento” ou “ressurreição”) que, na prática, são bastante distintos uns dos outros. Em um extremo, o *ba'ath* sírio (de Hafez al-Asad) e o *ba'ath* iraquiano (de Saddam Hussein) eram mesmo graves inimigos políticos históricos; mas como a referência sugere, o que há de comum entre todos eles é a busca de algo autóctone tanto por meio da etnicidade quanto pela asserção política “anti-imperialista” – isto é, a ideia fundadora de um socialismo à moda árabe.²²

Assim, pode-se dizer que tanto o pan-arabismo como o nacional-socialismo árabe surgiram diretamente como consequência da *Nahda* – e que esta é uma das razões mais concretas do alinhamento político de países como o Egito, a Síria, Iraque, da importância de partidos tais como o Partido Nacional-Socialista Sírio (que era minoria política no Líbano), e da Organização para Libertação da Palestina (OLP) que foi gestada pelo próprio Nasser. Por seu turno, a Arábia Saudita tinha primeiro os britânicos e depois os americanos como parceiros políticos, o Afeganistão tinha sido invadido pela União Soviética (URSS), Israel foi criado a mando dos próprios britânicos e o estado libanês tinha garantido sua hegemonia cristã através do esforço francês. De todos estes países árabes (de um lado ou de outro), o mais dividido era o próprio Líbano – onde a bipolarização do mundo de então serviu bem às clivagens internas, fomentando muito das guerras que se seguiram.

Depois de 1920 e até 1948 os principais eventos políticos no Oriente Médio tinham como motivação principal a reorganização social e política que vinha com o desejo e a possibilidade utópica de autonomia. O Egito, grande influência em todo o mundo árabe moderno desde a *Nahda*, manifestou cedo essa tendência e inspirou muito daquilo que veio depois em outras partes da região.

Em 1914, a Grã-Bretanha declarou o Egito seu protetorado (por meio da criação do Sultanato do Egito) e em seguida da guerra Saad Zaghlul – líder do partido nacionalista *Wafd* – então exilado pelos britânicos em Malta, liderou o movimento nacionalista egípcio que culminou com uma revolução em 1919. Este movimento levou os britânicos a declararem unilateralmente a independência do Egito em 1922, em 1923 uma constituição foi escrita e em 1924 Zaghlul se tornou primeiro-ministro do Reino do Egito – que existiu até a Revolução de 1953,

22. Para que se tenha uma ideia do alcance de tais ideais, entre 1958 e 1961 tal inspiração causou mesmo a união entre a Síria e o Egito - formando um país chamado então de República Árabe Unida liderado por Gamal Nasser.

liderada pelos *Free Officers*, que por sua vez depôs o Rei Farouk e finalmente transformou o Egito em uma República (HOURANI, 1991).²³

Apenas dez anos após a independência do Egito, o Iraque torna-se também nominalmente independente. Em 1932 a Grã-Bretanha entrou em um acordo com o rei hachemita Faisal (da família a quem os britânicos haviam concedido o território do mandato anos atrás) no qual os britânicos aceitariam a independência formal do Iraque em troca da manutenção de suas bases militares e o direito de passagem de suas tropas. Então, em 1941, um grupo de oficiais do exército iraquiano (chamados de *Golden Square*), inspirados por ideais secularistas pan-arabistas, realizaram um golpe de estado que derrubou o então representante da monarquia hachemita Abd al-Ilah (regente de Faisal II – neto de Faisal e ainda muito novo para governar). Isto fez com que a Grã-Bretanha invadisse o Iraque, utilizando forças estacionadas na Índia e na Jordânia, restabelecendo a monarquia hachemita, que durou até o novo golpe de estado militar iraquiano de 1958 que transformou o país em uma República (HOURANI, 1991).

Em 1946 (e depois em 1948) o Oriente Próximo foi novamente politicamente redefinido. Para além das especificidades locais – tais como a Palestina, o Monte Líbano ou a região de Damasco –, o Oriente Próximo possuía uma identidade comum que vinha desde antes do domínio Otomano (HOURANI, 1991). Toda a área que inclui hoje o Líbano, a Síria, a Jordânia e Israel e os Territórios Ocupados, era chamada de “Grande Síria”, ou “*Bilad al-Sham*” –²⁴ assim como nomeado pelos mamelucos. Como visto na seção anterior, depois da derrota otomana, a Grande Síria foi dividida entre franceses (que ficaram responsáveis pela parte norte) e Britânicos (que ficaram responsáveis pela parte sul). Enquanto os franceses dividiram a parte norte em Síria e Líbano, os ingleses dividiram a parte sul em Jordânia e Palestina. Foi então em 1946 que o Líbano, a Síria e a Jordânia tornaram-se independentes.

Em relação ao ideal de expansão da cultura francesa – o que incluía língua, costumes e comportamento –,²⁵ o mandato francês no Líbano obedeceu a um modelo similar àquele imposto na Argélia décadas antes. Sua maior especificidade foi a implantação do sistema confessional (*ta'ifiyah*), baseado no sistema otomano de *millet* – tal como definido anteriormente – quando o “*Grand Liban*” foi

23. Esse evento pôs Nasser definitivamente no mapa político do Oriente Médio como um de seus principais atores sociais.

24. *Bilad al-Sham* quer dizer em árabe “país do norte” e compreende as terras muçulmanas que se encontravam ao norte de Meca. Hoje, *Sham* é como muitos ainda na região chamam a cidade de Damasco. Esse entendimento era em grande medida cultural, além de político, e serviu como base para o nacionalismo integralista de partidos tais como o Partido Nacional-socialista Sírio (*Hizb al-qawmy Suri*).

25. Até hoje existe uma elite árabe de tradição francesa no Líbano, muitos dos quais têm o francês como primeira língua e o árabe como segunda. Muitos desses se dizem descendentes dos fenícios e alguns (a grande maioria cristãos) chegam mesmo a rejeitar completamente a identidade árabe. A essa ideologia – no sentido descrito por Dumont (1994) – chama-se de “fenicianismo” (SALIBI, 1971). Apesar da relação histórica devido à expansão marítima Fenícia, esta ideologia não se encontra em outras regiões árabes tais como a Tunísia, a Líbia ou o Marrocos.

criado em 1921. A primeira constituição veio em 1926, mas o Líbano tornou-se independente do jugo francês apenas em 1941. E foi só em 1943 que, por meio de uma ação cooperativa entre muçulmanos e cristãos, o Líbano tornou-se de fato autônomo (apesar da contínua influência francesa presente até hoje). O chamado “Pacto Nacional” de 1943 reconhecia que o poder político do Estado seria dividido respectivamente de acordo com o tamanho de cada confissão (*ta’if*; singular; *tawa’if*, plural). Apesar do fato de atualmente a maioria do país ser xiita (VERDEIL, FAOUR e VELUT, 2007), o Pacto Nacional é mantido até hoje, com pequenas modificações – a exemplo da concessão largamente cristã feita ao final da guerra civil libanesa em 1990.²⁶

O “Reino Árabe da Síria”, formado em 1920 sob a liderança local do rei Faisal (filho de Hussen Bin Ali), durou pouco. Nem a França nem a Grã-Bretanha reconheceram o reino como tal. A França então se desfez de Faisal tendo o mandato estipulado pela Liga das Nações e firmado no Tratado de Sèvres como justificativa e cerca de 9 mil tropas como agentes.²⁷ Entre 1925 e 1946 os sírios lutaram pela sua independência do jugo francês: na primeira fase Sultan al-Atrash combateu os franceses entre 1925 e 1936, quando um tratado de independência foi firmado entre as partes. No entanto os franceses se recusaram a ratificar o tratado. A Síria declarou unilateralmente sua independência então em 1941, aproveitando a queda do regime francês em 1940 – em meio à segunda Guerra Mundial – e a instauração do governo Vichy. Porém, apenas em 1944, Charles de Gaulle, liderando uma França que tentava se recompor, reconheceu a independência síria. Assim, em 1946, as últimas tropas francesas deixaram o país (HOURANI, 1991).

Já na parte britânica dos ex-territórios otomanos, em 1921, Abdullah Bin Hussein – outro dos filhos de Hussein Bin Ali – foi empossado de seu emirado nas terras ao leste do rio Jordão e ao oeste da Mesopotâmia, que foram chamadas então de Transjordânia. Mas somente em 1923 a Transjordânia ganhou certa autonomia, em 1928 tornou-se formalmente independente e apenas em 1929 o tratado foi ratificado – ainda que a região continuasse sobre fortíssima influência política e financeira britânica. Enquanto de um lado o Mufti da Palestina recusou-se a aceitar a separação da Transjordânia com o resto da Palestina, um grupo de sionistas²⁸ também viu com maus olhos tal separação, já que buscavam um estado judeu em toda a Palestina mandatária. Foi apenas depois do final da Segunda Guerra Mundial, em 1946, que a Transjordânia tornou-se um reino sob a liderança do então rei Abdullah (FROMKIN, 2009).

26. Essa nova geografia humana é uma das motivações principais por detrás das demandas políticas de grupos xiitas libaneses como o Hizbollah e o Amal. Mas é importante ressaltar que hoje as demandas de ambos os grupos não são especificamente xiitas e é possível encontrar um relativamente grande número de cristãos que apoia politicamente, sobretudo o Hizbollah.

27. Do outro lado da linha do tratado, os britânicos, sofrendo nas mãos de revoltosos no protetorado da Mesopotâmia, resolveram criar o Reino do Iraque sob o comando local de Faisal I (comando este *de facto britânico*).

28. Os sionistas revisionistas, cujo nome hoje está associado ao partido Likud, em Israel.

À guisa de conclusão desta seção, depois de 1920 e até 1948, os principais eventos políticos no Oriente Médio tinham como motivação principal a reorganização social e política que vinha com o desejo e a possibilidade utópica de autonomia. O Egito, grande influência em todo o mundo árabe moderno desde a *Nahda*, manifestou cedo esta tendência e inspirou muito daquilo que veio depois em outras partes da região. Mas foi a criação de Israel, que é também o mito²⁹ de origem da condição de refugiado dos palestinos, que se tornou um evento crítico no sentido de Veena Das (DAS, 1997). Apenas depois de 1948 ocorreram as independências dos outros Estados nacionais do Oriente Médio e, em especial, do mundo árabe. Todas estas ficaram marcadas então, de alguma forma, pela questão da Palestina e todos os líderes das nações independentes emergentes até hoje, de alguma forma, expressam seu comprometimento político com a “causa palestina”. Este autor chama a necessidade de expressão dessa solidariedade (sincera ou não), que se constitui em um idioma vernacular político entre árabes e muçulmanos (WICKHAM, 2002; WHITE, 2002), de “solidariedade nominal”. Entende-se que essa solidariedade nominal, voltada ao que um ou outro ator consideram ou chamam de “causa palestina”, seja, desde a criação de Israel, um elemento de profunda influência e impacto na política árabe e muçulmana. Esta solidariedade nominal hoje é mais um dos elementos centrais que compõe o espectro de forças e discursos políticos manifestos na Primavera Árabe.

Recapitulando, enquanto na primeira metade do século XX o Oriente Médio foi marcado pelo colonialismo e pelos protetorados europeus, o fim da Segunda Guerra Mundial submeteu a região ao contexto da Guerra Fria (1947-1991). A criação de Israel em 1948 é, portanto, também um marco da passagem de um contexto a outro. E como durante a primeira metade do século XX o Oriente Médio estava completamente à mercê da Europa, muitos foram os países ou os grupos sociais que, na segunda metade do século XX, se aproximaram da URSS.³⁰ Foram exatamente os grupos médio-orientais com inspiração anti-imperialista e/ou tendência nacional-socialista que buscavam apoio na URSS que foram percebidos pelo Ocidente – de crescente influência americana – como ameaça. Assim, a “ameaça”, naquela época, estava longe de ser o islã,³¹ mas era, antes de tudo, o nacional-socialismo e o pan-arabismo árabe, que flertavam com ideias comuns ao comunismo e, por isso, aproximavam-se do inimigo número um do Ocidente à época. Tais forças políticas (advindas tanto de reinados e elites aliados ao Ocidente quanto de grupos sociais de inspiração socialista, pan-arabista ou de influência

29. No sentido antropológico do termo, que independe da atribuição do valor de verdade ou inverdade ao fato qualificado como mito (Lévi-Strauss, 1981). Nesse sentido, a própria ciência pode ser considerada como um mito fundador da sociedade cujo ideal é ser moderna (Latour, 1994).

30. Da mesma forma que Hajj Amin al-Husseini tinha uma vez se aproximado da Alemanha nazista.

31. Vide, por exemplo, o apoio americano aos *mujahidin* (santos guerreiros) afegãos frente à invasão soviética por volta de 1979.

mais direta do nacionalismo árabe) persistem em maior ou menor escala até hoje e estão também expressas na miríade política que encerra a Primavera Árabe.

6 UMA NOVA ERA NO ORIENTE MÉDIO: ISRAEL E OS PALESTINOS ENTRE O *YOM HA'ATZMAUT* E A *NAKBAH*

Concomitantemente aos processos históricos descritos na seção anterior, a recém-criada ONU discutia um plano para a partição da Palestina entre os sionistas e os árabes que ali viviam. Foi em 1947 que a Resolução nº181 da Assembleia-Geral da ONU decidiu a divisão da zona em duas partes, enquanto Jerusalém ficaria sob mandato internacional (em nome da própria ONU). Contudo, apenas os sionistas aceitaram a proposta. Estava iniciado, então, o conflito que dura até hoje, com cerca de 250 mil palestinos fugindo ou expulsos da Palestina. Quando o prazo do mandato expirou em 1948, Ben Gurion declarou a independência de Israel, causando uma declaração de guerra por parte de uma junta de países árabes, composta por Líbano, Síria, Egito, Iraque e Jordânia. Setecentos mil palestinos tiveram que deixar a região durante o conflito. Com o cessar-fogo, em 1949, o Egito anexou a região de Gaza (hoje conhecida como “Faixa de Gaza”) e a Transjordânia anexou a Cisjordânia (onde está localizada Jerusalém Leste). Após a anexação da Cisjordânia, a Transjordânia passou a chamar-se simplesmente Jordânia (PAPPE, 2004; SAYIGH, 2007).^{32, 33}

Enquanto a independência de Israel (em hebraico, *Yom Ha'atzmaut*) é celebrada todo ano, o evento que causou o êxodo de palestinos das terras do mandato quase que na sua totalidade para os países árabes vizinhos foi chamado por palestinos e árabes em geral de “*al-Nakbah*” (A Catástrofe). Este evento mudou definitivamente o Oriente Médio para sempre – informando até hoje as ações sociais dos sujeitos que de uma forma ou de outra se relacionam com a região. De forma mais direta, a construção da “palestinidade” e a vida cotidiana dos palestinos é marcada pela *Nakbah* (SCHIOCCHET, 2011a; 2011b), tanto quanto a criação de Israel qualifica radicalmente a identidade dos judeus israelenses e sionistas no mundo todo. Por isso, pode-se dizer que a criação de Israel é também o mito³⁴ de origem da condição de refugiado dos palestinos.

Frente ao que clamava ser uma constante ameaça árabe, Israel iria ainda expandir suas fronteiras, mas o momento decisivo não veio com uma das muitas revoltas internas dos palestinos, mas sim com uma operação militar conjunta entre

32. No Brasil todo o banco leste do rio Jordão é chamado de Cisjordânia e corresponde ao inglês *West Bank* e ao árabe *تفصل الضفة الغربية*.

33. Apenas em janeiro de 1949 os Estados Unidos oficialmente reconheceram tanto Israel quanto a Jordânia.

34. No sentido antropológico do termo, que independe da atribuição do valor de verdade ou inverdade ao fato qualificado como mito (Lévi-Strauss, 1981). Nesse sentido, a própria ciência pode ser considerada como um mito fundador da sociedade cujo ideal é ser moderna (Latour, 1994).

Israel, Inglaterra e França advinda de um plano francês para retomar o controle do canal de Suez, localizado no território Egípcio. E de acordo com o plano, Israel invadiu o Egito, que já sob a liderança de Nasser havia nacionalizado o canal de Suez em 1956 (um ano antes da invasão). A chamada Crise de Suez trouxe dois resultados mais imediatos: uma profunda crise de legitimidade da ação frente aos próprios britânicos e a comunidade internacional; e a intensificação do conflito entre o mundo árabe de um lado, e Israel e as potências europeias de outro. Nasser encontrou um aliado na URSS – o que marcou para sempre a configuração política do mundo árabe na visão do Ocidente, como inimigos em potencial (PAPPE, 2004).

Cobertura de todos os eventos relacionados ao conflito árabe-israelense seria aqui impossível, devido a toda a sua extensão e nuances. Entretanto, no que segue, busca-se ressaltar alguns de seus elementos principais. Para começar, a conjunção da centralidade da solidariedade à causa palestina entre os árabes, da importância da liderança de Nasser e do ganho de *momentum* da crise entre os árabes e Israel com a Crise de Suez, resultou em 1964 no próprio reconhecimento da OLP de Yasser Arafat como representante legítimo dos interesses palestinos frente ao mundo árabe – já que antes disso os palestinos se viam na prática representados segundo os interesses de líderes árabes não palestinos, sobretudo o rei da Jordânia (SAYIGH, 2007).

Em parte porque uma das plataformas mais importantes do pan-arabismo de Nasser era justamente a “libertação da Palestina” e em grande medida motivada pela Crise de Suez, em 1967 estourou a Guerra dos Seis Dias. O gatilho para o início da guerra foi a expulsão de tropas da ONU da Península do Sinai (uma das margens do canal de Suez), o que justificava, segundo o governo israelenses, uma invasão. Além do Egito também Jordânia, a Síria, o Iraque e o Líbano estiveram implicados no conflito; e como resultado da invasão, Israel ocupou, além do Sinai, as colinas de Golan e as Fazendas de Sheb’a, Jerusalém Leste, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.³⁵ Israel deixou o Canal de Suez apenas depois da Guerra do Yom Kippur, em 1973, em troca do direito de uso do canal. Contudo um acordo de paz efetivo veio apenas em 1978, já em meio à guerra civil libanesa e com um Egito sob a liderança de Anwar Sadat. Israel concordou em desocupar definitivamente o Sinai em 1979 com o acordo de “Camp David”, sendo que a desocupação deu-se gradualmente entre 1979 e 1982. A Jordânia buscava a restauração da Cisjordânia até 1974 como parte integrante de seu próprio território, desistindo apenas em 1988 em nome da OLP. Tanto a Faixa de Gaza quanto a Cisjordânia ficariam então sob o controle militar de Israel, que com o tempo foi deixando o interior dos territórios e passando a controlar efetivamente apenas suas fronteiras e realizando periódicas incursões militares nos territórios. Já Jerusalém Leste, Fazendas de Sheb’a e Golan nunca foram

35. Daí se origina o termo empregado pela Organização das Nações Unidas, “Territórios Ocupados”.

completamente devolvidos aos seus respectivos governos e continuam no centro do conflito árabe-israelense até hoje (PAPPE, 2004).

Apenas depois de 1948 vieram as independências dos outros Estados nacionais do Oriente Médio, e em especial do mundo árabe. Todas estas ficaram marcadas então, de alguma forma, pela questão da Palestina, e todos os líderes das nações independentes emergentes devem até hoje, de alguma forma, expressar seu comprometimento político com a “causa palestina”.

A Líbia obteve independência em 1951, seguindo a sugestão de uma resolução da ONU datada de 1949 e tornando-se uma monarquia sob o comando do Rei Idris. A influência do nacional-socialismo árabe e do pan-arabismo pode ser sentida na Líbia desde os anos 1950, advindas do nasserismo. Entretanto foi apenas em 1969 que Muammar al-Qaddafi realizou o golpe de estado chamado de “Revolução Líbia” que estabeleceu a República Líbia de hoje. Desde então Qaddafi governou com mão extremamente pesada, tentando manter-se na posição de líder do mundo árabe – posto esse uma vez ocupado por Nasser. Entre os pontos em comum com a política de Nasser estavam a solidariedade à causa palestina como mote de seu governo, que se mesclava indissolivelmente ao discurso anti-imperialista, que por sua vez, na visão de Qaddafi, o colocava em uma posição de legítimo representante do povo árabe. No entanto, é necessário aqui ressaltar que as diferenças entre ambos são muitas, ainda que não nos caiba aqui explorá-las no momento (HOURANI, 1991).

O ano de 1956 trouxe a independência do Marrocos, do Sudão e da Tunísia. O Marrocos tornou-se independente do jugo colonial francês, ainda que parte do território clamado pelo governo marroquino continue ainda em disputa, sobretudo com a Espanha – que retém controle sobre Ceuta e Melilla ao longo da costa marroquina (para além de algumas ilhas no Mediterrâneo). Além disso, o Saara Ocidental, ainda que tenha sido anexado pelo Marrocos, continua aguardando a legitimação final em âmbito internacional. Diferentemente do Iraque, do Egito, da Líbia, da Síria, e de outros – e de forma semelhante à Jordânia, à Arábia Saudita e outros países ricos em petróleo no Golfo Pérsico – o Marrocos nunca passou por uma fase nacional-socialista árabe, e retém até hoje a forma originária monárquica legitimada pelas potências europeias a partir da queda do Império Otomano. Assim, o Marrocos, assim como a Arábia Saudita, a Jordânia e outros, é visto pelo Ocidente como um aliado político na região (HOURANI, 1991).

Já o Sudão tornou-se independente do jugo britânico e egípcio em 1956 quando o Egito de Nasser abandonou sua demanda efetiva pelo território e os britânicos puderam garantir sua influência. No entanto, a guerra civil (de 1955 a 1972 e a partir de 1983) entre o norte – etnicamente de maioria árabe e muçulmano – e o sul do Sudão – composto em sua maioria por outros grupos étnicos e de maioria cristã – já havia estourado um ano antes. Sendo que a violenta luta

entre estas partes continua até hoje, tendo sido vários os sucessivos governos militares do Sudão desde então. A Tunísia, por sua vez, tornou-se independente da França pelos esforços de Habib Bourguiba, que governou até o golpe de estado de Zine El-‘Abdine Ben ‘Ali, em 1987 (HOURANI, 1991).

A guerra civil pela independência da Argélia começou em 1954 e, em 1961, o então presidente francês Charles de Gaulle convocou um *referendum* sobre a independência da Argélia. Enquanto na “França europeia” a grande maioria dos cidadãos votou pela independência da então província africana, menos da metade da população na Argélia votou pela independência. Negociações entre a Frente de Libertação Nacional (FLN – em árabe, *Jabha al-Tyahrir al-Watany*) e o governo francês ocorreram em 1961, em Évian-les-Bains/França, e, em 1962, o governo francês convocou um novo *referendum*, que, desta vez, verificou 90% da população a favor da independência. Como resultado da independência, entretanto, já em 1962 um grande número de argeliano-franceses mudou-se para a França, causando uma das primeiras migrações em massa de uma ex-colônia (neste caso, considerada parte integrante do território francês) a um país colonizador. Em 1965 o governo de inspiração nacional-socialista do então ex-presidente Ahmad Bin Bella (da FLN) foi deposto por Houari Boumédiène, que lançou uma política investimento ainda maior na industrialização do país, e reforçou ainda mais o caráter nacional-socialista árabe do estado. Boumédiène ficou no poder até 1978, quando foi sucedido por Chadli Benjedid, que ao final da década de 1980 acabou com a política de partido único estipulada ainda em 1962 (HOURANI, 1991). Desde 1999 Abdelaziz Bouteflika comanda o país e a partir meados de 2011 seu comando está sendo mais do que nunca ameaçado pela vontade popular.

Na Península Arábica os anos 1960 trariam mais um evento crítico: depois de prospecção realizada em 1960, em 1962 a região dos Emirados Árabes passou a exportar petróleo. Também em 1962 o Iêmen viu sua gênese enquanto República por meio de um governo de inspiração socialista, quando o monarca Muhammad al-Badr foi deposto, o julgo britânico foi reduzido para apenas o sul do território e o Iêmen do Norte foi criado.³⁶ Foi apenas em 1967 que o território que permanecia sob o julgo britânico tornou-se o Iêmen do Sul, adotando um governo comunista em 1970 (HOURANI, 1991). E apenas em 1990 que os dois territórios se uniram sob a mesma bandeira de Ali Abdullah Saleh. Em 1994 o país entrou em uma guerra civil cujas consequências são sentidas até hoje. Em 2011 a Primavera Árabe encontrou no Iêmen um contexto pós-guerra civil entre o norte e o sul do país, no qual rebeldes Zaydi (uma denominação xiita que comporta pouco menos que 50% da população do Iêmen) lutam contra o regime do Estado – visto por eles como favorecendo aos sunitas.

36. Naquela ocasião a Jordânia e a Arábia Saudita apoiaram o regime de Muhammad al-Badr e o Egito apoiou o golpe que criou o Iêmen do Norte.

Desde o final dos anos de 1950 o sultanato de Omã tem governado com relativo sucesso a totalidade do seu território. Antes disso, outras autoridades locais – notadamente o imamado de Zanzibar – possuíam relativo controle sobre parte do território de Omã. Entre as décadas de 1960 e 1980, Zanzibar ainda reivindicava autoridade, apoiada por guerrilhas locais de inspiração comunista (subsidiadas pelo então governo do Iêmen do Sul). Em 1970 então, Qabus Bin Said al-Said assumiu o poder, que mantém até hoje. O sucesso da manutenção de seu poder se deve em grande medida às políticas de relativa abertura política e econômica que realizou como forma de conter as rebeliões iniciadas em décadas anteriores, ao passo que ativamente repreendia aqueles que continuavam tentando removê-lo do poder. Para tanto, chegou a receber ajuda militar direta do Irã, da Jordânia, dos Estados Unidos e do Reino Unido (HOURANI, 1991).

Em 1968, sob pressão internacional, a Inglaterra anunciou seus planos para deixar seus protetorados no Golfo Pérsico. O Qatar e o Bahrein anunciaram sua independência em 1971, abandonando negociações para formar um único Estado unido em conjunto com os vários emirados do leste do Golfo Pérsico que tinham mantido sua independência da Arábia Saudita e de Omã por conta dos acordos com o Reino Unido. Quatro dos emirados remanescentes decidiram se unir à Abu Dhabi e Dubai no mesmo ano. E no ano seguinte um último emirado aderiu à proposta, resultando no atual Emirados Árabes Unidos. Como a Arábia Saudita e outros nenhum destes países passou por governos seculares de inspiração nacionalista ou pan-arabista, e suas principais alianças políticas têm sido marcadas pela comercialização do petróleo com o Ocidente (HOURANI, 1991).

A autonomia do Kuwait em relação ao Iraque tinha sido prevista pelos britânicos conforme o Protocolo de Uqair em 1922 e se deu na prática 1923, quando os britânicos (e não Faisal I, rei do Iraque)³⁷ reconheceram as fronteiras mencionadas no protocolo do ano anterior. Mas foi apenas em 1961 que o Kuwait ganhou sua autonomia dos britânicos. Saddam Hussein invadiu e anexou o Kuwait em 1990, utilizando a ilegalidade do Protocolo de Uqais como uma de suas principais justificativas. Este foi o evento que causou a Guerra do Golfo, quando os países da ONU, liderados pelos Estados Unidos, lançaram uma ofensiva militar contra o Iraque e em 1994 o Iraque finalmente aceitou a independência do Kuwait, que se tornou um grande aliado político americano e europeu na região.

Concluindo esta seção, enquanto na primeira metade do século XX o Oriente Médio foi marcado pelo colonialismo e pelos protetorados europeus, o fim da Segunda Guerra Mundial submeteu a região ao contexto da Guerra Fria

37. Cabe aqui lembrar que o próprio Iraque apenas se tornou, reconhecidamente, independente em 1932, quando o mandato britânico terminou oficialmente. O reinado do sunita Faisal I foi logo recebido com protestos pelos xiitas do sul (maioria populacional no território do novo país).

(1947-1991). Já que durante a primeira metade do século XX o Oriente Médio estava completamente à mercê da Europa, muitos foram os grupos que, na segunda metade do século XX, se aproximaram da URSS.³⁸ Foram exatamente então os grupos médio-orientais com inspiração anti-imperialista e/ou tendência socialista que buscaram apoio na URSS que foram percebidos pelo Ocidente como ameaça. Muito por conta disso os governos islâmicos mais antigos da região são justamente aqueles que se mantiveram ao oeste da fronteira política durante a Guerra Fria. No entanto, por um lado, algumas elites sociais descontentes com seu lugar na política local e grupos políticos de inspiração pan-arabista, socialista ou nacionalista, podem ser encontrados na maioria destes países de governos historicamente alinhados com a Europa e os Estados Unidos. Por outro lado, elites tradicionais e outros grupos sociais descontentes com os governos de inspiração pan-arabista, socialista ou nacionalista podem até hoje ser encontrados compondo a oposição a estes governos. E tanto de um lado como de outro, por diversos motivos, encontram-se os grupos de inspiração declaradamente islâmica. Todos estes grupos, assim como aqueles apontados nas seções anteriores, podem ser encontrados hoje compondo parte do movimento social e político expresso pela Primavera Árabe. É aos ditos “islamistas” – ainda não devidamente apresentados – que se propõe apresentar a partir de agora.

7 A (RE)ASCENSÃO DO ISLAMISMO

Entre os países não árabes do Oriente Médio, a Turquia também passou por um longo período secularizante, que já havia começado com o pacote de reformas políticas chamado de *Tanzimat* no final do século XIX, passado pela nova visão política de Cemal Pasha e dos Jovens Turcos (“*Jön Türkler*”, em turco), a partir de 1908, chegando finalmente em seu estágio mais radical com a revolução de Mustafa Kemal Atatuk em 1922.³⁹

O Irã, entre 1953-1979, sob o comando do xá Mohammad Reza Pahlavi, tornou-se um importante aliado europeu e depois americano. Basta notar que nos anos 1970 os iranianos constituíam o maior grupo de imigrantes aos Estados Unidos para perceber a importância de tal apoio. Em 1979 uma revolução estoura no Irã, notadamente de caráter popular. Vários intelectuais ocidentais demonstraram apoio à revolução, por exemplo, Michel Foucault. No entanto

38. Da mesma forma que Hajj Amin al-Husseini tinha uma vez se aproximado da Alemanha nazista.

39. Vale notar que ao se lembrar de todos os impérios que passaram pelo Oriente Médio antes dos europeus, entre os mais restritos à uma pequena porção do território estava o Império Hitita – cuja sede estava localizada ao centro da Anatólia. Em parte por isto Atatuk escolhe Ankara (e não Istambul), onde estão os resquícios de um grande castelo Hitita, para ser a capital do novo Estado turco. A mudança enfatiza o novo território e o rompimento político com o islã. O próprio mausoléu de Atatuk em Ankara é ilustrado por figuras tipicamente hititas nas paredes, ao passo que soldados modernos com armas modernas se misturam, em estilo semelhante, às figuras hititas. O poder simbólico desta nova imagem não deve ser menosprezado.

uma vez que o governo do xá foi derrubado, Ayatollah Khomeini, em nome da moralização e do endireitamento do corrupto governo de xá, Reza tomou controle do Irã. A maioria dos intelectuais ocidentais que tinha apoiado a revolução, quando perceberam que a revolta popular tinha sido apropriada por um grupo de clérigos que fundaram uma República Islâmica que tinha na repressão sua principal forma de legitimação, retirou seu apoio, entre eles Michel Foucault (AFARY, 2005). Dentro do Irã, a República islâmica de início foi muito bem recebida, mas o apoio popular foi se corroendo com o passar dos anos – culminando no chamado Movimento Verde de 2009,⁴⁰ largamente urbano e jovem. No entanto, o governo de Mahmoud Ahmedinejad repreendeu gravemente as revoltas, e ainda hoje se mantém no poder.

Muito do receio ocidental com os regimes de governo que se manifestam de alguma forma como islâmicos, advém do exemplo da Revolução Iraniana de 1979. Entretanto o Irã não é o único exemplo de governo comprometido com o islã. Além dos países do Golfo Pérsico, da Jordânia e do Marrocos, recentemente houve mudança no paradigma político turco, quando o Partido da Justiça e Desenvolvimento (PJD – *Adalet ve Kalkinma Partisi*, em turco) ganhou as eleições em consequência de seu apelo religioso – pela primeira vez em décadas afastou do poder os kamalistas e seu secularismo. Mas o novo governo turco representa uma nova tendência islâmica moderada, diferente dos governos hereditários do Golfo, do Marrocos e da Jordânia, e diametralmente oposta ao autoritarismo da República Islâmica do Irã. Politicamente, o novo governo não tem se comprometido com nenhum extremo da configuração política internacional atual – o que tem garantido forte apoio popular ao PJD.

Em 1978, quando a Revolução Iraniana ainda era apenas uma forte revolta popular, Israel invadiu o Líbano pela primeira vez⁴¹ em meio à Guerra Civil Libanesa. E foi em 1982, em meio a uma segunda invasão Israelense, que surgiu o Hizbollah – alegando sua existência como necessária a resistência contra a ocupação de Israel. Com profundas ligações com o Irã, o Hizbollah até hoje mantém sua principal meta que é a resistência à ocupação israelense – a qual por sua vez ainda detém as Fazendas de Sheb'a em seu poder. No entanto, o Hizbollah evoluiu de uma organização militar envolvida em ataques terroristas e uma agenda islamista nas décadas de 1980 e 1990, para uma complexa entidade composta de uma milícia armada, um partido político e inúmeras instituições beneficentes e que há pelo menos uma década não ataca alvos diretamente civis, com exceção de períodos de guerra franca, quando bombardeios envolvendo Israel e o Hizbollah são comuns com o início do século XXI (NORTON, 2007).

40. O Movimento Verde foi uma revolta popular de caráter marcadamente jovem que questionou a legitimidade do regime do presidente Mahmoud Ahmadinejad e os resultados da eleição presidencial iraniana de 2009.

41. Além das fazendas de Sheb'a.

Em 1982 também, após anos da luta armada palestina ter sido planejada e executada, sobretudo fora dos Territórios Ocupados, a OLP é derrotada no Líbano, ocasionando a sua retirada, primeiro, para a Tunísia e de lá para os Territórios Ocupados. Apenas em 1987 surgia concorrência política que podia de fato fazer frente à liderança da OLP: o Hamas. Antes disso, apenas organizações menores (a maioria das quais tinha um dia participado da OLP) mantinham-se aquém de sua autoridade.

O Hamas surgiu da Irmandade Muçulmana na Palestina (*Al-Ikhwan al-Muslimin*), que já na década de 1970 tinha renunciado a meios violentos para obter seu objetivo de fazer do islã uma referência na vida dos países de maioria muçulmana (STARRETT, 1998; WICKHAM, 2002; MAHMOOD, 2005). Assim, desde o início, o Hamas manteve sua autonomia.

Outro grupo islâmico palestino, a Jihad Islâmica (*Harakat al-Jihad al-Islamy fy Falastin*), surgiu na década de 1970, retirando-se da Irmandade Muçulmana por razões semelhantes àsquelas do Hamas: juntar-se à luta armada que entendiam como resistência política ao Ocidente cristão imperialista. Para além do fato de a Jihad Islâmica ter estabelecido-se firmemente apenas na década de 1980 (concomitantemente ao Hamas), o movimento é muito menor que aquele de seu parente mais próximo e com muito menos apelo popular dentro dos Territórios Ocupados.⁴²

Outro elemento em comum entre os dois movimentos é um fortíssimo componente nacionalista, que ao menos no caso do Hamas é na prática ainda mais importante que seu componente islamista. Assim, as ações de tanto um quanto o outro estão sempre diretamente ligada à questão palestina, ainda que por vezes enfocada do ponto de vista religioso. Em termos de discurso, o Hamas continua a apresentar uma retórica marcada por símbolos do direito sagrado da luta armada contra um Ocidente imperialista, como fica patente a reação de Ismail Haniyeh – líder do Hamas em Gaza – à recente morte de Osama Bin Laden nas mãos de forças americanas:

Condenamos o assassinato de um guerreiro árabe sagrado. Pedimos a Deus que ofereça a ele sua misericórdia junto aos verdadeiros crentes e aos mártires. Tomamos isto como a continuidade da política americana baseada na opressão e no derramamento de sangue muçulmano e árabe (AL-JAZEERA, 2011a).⁴³

Ainda assim, esse tipo de discurso, ao menos no caso do Hamas, deve ser entendido como advindo em parte de uma “solidariedade nominal” desta vez

42. Como contraponto, a Jihad Islâmica opera firmemente em bases no Líbano e na Síria, onde possui relativamente grande apoio popular sobretudo entre palestinos refugiados.

43. No original: “ We condemn the assassination and the killing of an Arab holy warrior. We ask God to offer him mercy with the true believers and the martyrs. We regard this as a continuation of the American policy based on oppression and the shedding of Muslim and Arab blood” .

endereçada à *ummah* (comunidade transnacional de muçulmanos), similar àquela que os árabes e muçulmanos devem endereçar à “causa palestina”.

Muito embora possuam certa gênese comum, cada braço da Irmandade Muçulmana em cada país tornou-se algo relativamente distinto, adaptando-se às diversas realidades locais distintas. Enquanto em alguns países a Irmandade tornou-se um partido político, adquirindo todas as suas qualidades, em outros se manteve como movimento social (MITCHELL, 1993). Em praticamente todos os lugares, o comprometimento da Irmandade hoje com uma visão política de reformar a sociedade pela devoção religiosa e pela adesão a valores islâmicos – e não da violência – é marcante (WICKHAM, 2002). Vide, na Europa, a visão do ideólogo Tariq Ramadan (neto de Hassan al-Banna – fundador da Irmandade Muçulmana no Egito). Por este motivo muitos grupos preferiram sair da Irmandade ou manter milícias em paralelo para seguir o caminho da luta armada.

Por causa do contexto local, a Irmandade Muçulmana na Palestina historicamente tinha mais disposição para se envolver mais diretamente na política – ainda que sua participação política durante todo o tempo da hegemonia da OLP (desde o final dos anos 1960 até a ascensão do Hamas) tenha ficado marginalizada. Esta marginalização se deu não apenas na Palestina, mas na grande maioria dos países árabes que adotaram regimes políticos ditatoriais militaristas, secularistas e nacionalistas, e cuja plataforma formal era a de resistência política contra o colonialismo europeu e seus “fantoques” locais. Como exemplo, pode-se citar o Egito de Gamal Nasser,⁴⁴ o Iraque de Saddam Hussein, a Síria de Bashar al-Asad e outros (WICKHAM, 2002). Assim, existiu uma tendência no mundo árabe de um nacionalismo pós-colonialista de repressão (por vezes brutal) à Irmandade Muçulmana. Nada mais esperado, portanto que o islã volte hoje como ícone de liberdade e como o principal elemento capaz de sustentar a autenticidade e legitimidade de um novo regime de governo árabe e que a Irmandade represente este ideal.

Foi também em 1987, simultaneamente à ascensão do Hamas, que estourou a Primeira Intifadah.⁴⁵ E assim como muitas das revoltas apresentadas ao longo deste artigo, a primeira Intifadah foi também uma revolta de caráter popular sem a liderança clara de nenhuma facção política. Depois, em 1990 irrompe a *al-Aqsa Intifadah* (ou Segunda Intifadah). Ainda que esta também tenha tido um caráter popular, uma de suas principais consequências foi o crescimento exponencial do

44. O Egito depois da morte de Nasser passou gradualmente a esfera de influência americana. Primeiro com Anwar Sadat e depois com Hosni Mubarak. Sadat tentou capitalizar recursos políticos construindo uma imagem de presidente devotado à religião e fez uma gradual abertura política à Irmandade Muçulmana. Contudo ao perceber que a influência do grupo crescia por conta do novo contexto político, Sadat tentou mais uma vez controlar a Irmandade e acabou assassinado por um de seus membros. Mubarak além de tentar controlar os nasseristas, repreendeu gravemente a Irmandade Muçulmana e outros grupos com caráter islâmico. Por isso, à sua deposição em meados de 2011, a popularidade de Mubarak era muito baixa.

45. O termo em árabe quer dizer simplesmente “revolta”.

apoio ao Hamas e o concomitante crescente poder de mobilização social – e portanto de controle do próprio evento – por parte do grupo islamista. Outro fator que mobilizou o apoio popular em torno do grupo foi o assassinato do xeique Ahmed Yassin, no final da Segunda Intifadah, em 2004. Ahmed Yassin tornou-se desde então um dos grandes mártires da causa palestina e símbolo da causa libertária islâmica do Hamas.

Durante o período da Intifadah, outros processos políticos, ainda no início da década de 1990, abalaram a confiança popular palestina na OLP liderada pela Fatah de Yasser Arafat, motivando ainda mais o apoio popular ao Hamas e outros grupos semelhantes: o primeiro deles foi a Conferência de Madrid em 1991 e o segundo foi o consequente Processo de Paz de Oslo iniciado em 1993. Depois de tais eventos, devido às concessões políticas que Arafat se mostrou disposto a fazer em nome de um acordo de paz com Israel, o apoio popular palestino à OLP ficaria permanentemente danificado. Entre as mais importantes dessas concessões estava a falta de menção do *direito de retorno* dos cerca de 4 milhões de palestinos refugiados à Palestina (atualmente, Israel), o que significou para muitos refugiados que sua representação nacional havia abandonado os palestinos fora dos Territórios Ocupados em troca da possibilidade da construção de um Estado nacional (SCHIOCCHE, 2011a). Em 1994, a Autoridade Palestina foi criada seguindo diretrizes que haviam sido estipuladas no Processo de Paz de Oslo e que previam sua criação a partir da própria OLP. O Hamas e outros movimentos (islamistas e secularistas) que estavam de fora da OLP sentiram-se desrespeitados com a decisão, e em 2007 o Hamas consolidou seu poder tomando a Faixa de Gaza da Autoridade Palestina liderada pelo presidente Mamhoud Abbas.⁴⁶

8 A MODERNIDADE ÁRABE

O contexto médio-oriental desde a queda do Império Otomano (e mesmo antes dela) tal como foi delineado aqui, aponta para uma influência constante do Ocidente, seja por conta do colonialismo, anexação como parte do próprio território nacional europeu, protetorado, zona de influência, intervenção militar, tratado econômico, ideologia política, ou ainda outros fatores. Assim, sugere-se que o Oriente Médio hoje não pode ser visto como politicamente “atrasado” em relação ao Ocidente, já

46. No começo de maio de 2011 o Hamas e a Fatah (facção majoritária na OLP e na Autoridade Palestina) anunciaram um acordo de entendimento. Tal acordo, da parte da OLP, incluía também negociações para incluir o Hamas dentro da própria OLP. Não foi a primeira vez que tais negociações são anunciadas, mas foi talvez o mais sério anúncio nesse sentido desde que o Hamas tomou a Faixa de Gaza da autoridade Palestina. Ainda que seja muito cedo para prever até que ponto tais negociações se reverterão em um novo alinhamento de forças na prática, tal disposição à negociação pode ser vista como diretamente motivada pela própria Primavera Árabe. Como parte do processo, Ismael Hanyiah, o líder do Hamas anunciou também que apoiaria a decisão da Autoridade Palestina (AP) de optar pela criação de dois Estados (um palestino e outro israelense) como forma de solucionar o conflito. Porém, ao contrário da AP, o líder do Hamas apontou que isto não significaria a renúncia ao território “original” da Palestina, a renúncia da violência como forma de resistência, ou a renúncia do direito de retorno dos refugiados palestinos ao que hoje corresponde ao Estado de Israel como condição *sine qua non* para a resolução do conflito.

que tal versão da história demanda um aporte evolucionista – seja ele liberal, marxista, ou ainda outros. Em particular, sugiro que para se entender o Oriente Médio deve-se antes de tudo entendê-lo como “moderno”, tal qual se compreende o Ocidente. Isto porque o Oriente Médio participou ativamente de praticamente todos os processos sociais geralmente elencados como desencadeadores da modernidade no Ocidente. Do ponto de vista deste autor, entre estes principais processos sociais estão: a construção territorial de identidades sociais ligadas à Estados nacionais que começa no início do século XX; revoltas populares em favor de autodeterminação que em muitos casos teve caráter democrático – ainda que democracia no Oriente Médio possa significar algo bastante diferente que o cânone liberal propõe; o reordenamento ideológico trazido pela Guerra Fria e, depois, pelo mundo pós-polarizado entre os Estados Unidos e a URSS; um movimento intelectual e artístico revolucionariamente moderno (no caso do mundo árabe a *Nahdah*); e outros.

Entretanto seria errado pensar que estes processos sociais ocasionariam os mesmos tipos de efeito no mundo todo. Conforme a socióloga turca Nilufer Göle, entende-se, portanto, que estes processos foram responsáveis por gerar um mundo de múltiplas modernidades (GÖLE, 2000), sendo bastante peculiares as várias formas de modernidades geradas no Oriente Médio. Os exemplos das especificidades destas modernidades são vários, muitos dos quais já foram apresentados aqui, entre os listados a seguir:

- a *Nakbah* (criação de Israel segundo os palestinos) e as ideologias pan-arábistas e nacionalistas que fizeram do evento um tema ideológico central;
- a transformação de um grande número de palestinos em refugiados e sua relação com os novos atores sociais chamados de “humanitários” e com o estabelecimento do Estado nacional de Israel;
- o secularismo radical de Ataturk na Turquia;
- o sectarismo libanês enquanto uma das primeiras formas de política afirmativa (MAKDISI, 2000);⁴⁷
- o advento de uma República Islâmica no Irã (ainda que seu caráter totalitário tenha confundido muitos analistas que não entendem o governo como um efeito da modernidade);
- a ascensão econômica dos países do Golfo Pérsico e sua parte na política de produção e comercialização do petróleo; e
- a ascensão de guerrilhas islamistas declaradamente anti-imperialistas.

47. Nesse sentido, são interessantes as comparações do caso libanês com o caso belga e com o caso holandês na própria Europa.

No que tange mais diretamente ao “islamismo”, o grande apoio popular que grupos de orientação islâmica encontram em algumas regiões do Oriente Médio se dá em grande medida justamente com base na sua proferida ideologia de libertação por meio da política e não apenas por devoção religiosa pessoal. Assim, durante o tempo em que este autor viveu no Oriente Médio, conheceu muitos ateus, inclusive alguns comunistas, que apoiavam o Hamas ou o Hizbollah por razões políticas, e não necessariamente religiosas.

Nesse sentido, toda a estrutura social de certos grupos tidos como “islamistas”, tais como Hamas, o Hizbollah, o PJD turco e a Irmandade Muçulmana egípcia, depende de um formato altamente moderno, formando um complexo simultaneamente político, social, religioso e, muitas vezes, também militar. Fazem parte desse conjunto de elementos: o uso da mídia, pois muitos destes grupos possuem seus próprios jornais e canais de televisão; o oferecimento de serviços comunitários e humanitários a muçulmanos e, muitas vezes, a não muçulmanos também, a exemplo do Hizbollah no Líbano; a aceitação da participação política enquanto facção do todo apenas – ou seja, enquanto partido no caso do Hamas, Hizbollah e do PJD ou movimento social no caso da Irmandade Muçulmana; além de outros (MITCHELL, 1993; STARRETT, 1998; WICKHAM, 2002; NORTON, 2007).

Todavia, existe sim outro tipo de grupo islamista: aqueles baseados em redes de solidariedade informais e de estrutura transnacionalista e descentralizada, tais como a *franshising* da *al-Qa’eda*, ou mesmo grupos um pouco mais centralizados como a *Fatah al-Islam*. Muitos desses grupos (a maioria talvez de orientação salafista) buscam a restituição do califado islâmico em todo mundo muçulmano e por isto são frequentemente taxados de pré-modernos por analistas e pelo senso comum. Porém, de forma semelhante a Oliver Roy (2004) entende-se que estes são mais bem compreendidos enquanto decorrentes da pós-modernidade; notando também que muitos de seus líderes tiveram educação ocidental (como o próprio Osama Bin Laden). E, portanto, a volta ao califado, e assim à idade de Ouro do Islã, é um desejo que só emerge entre aqueles que Kassir (2006) aponta como aceitando a divisão história moderna dos períodos árabes, segundo a qual o período atual é um período de decadência árabe que se seguiu à *Nahdah*, que, por sua vez, acabou à época da formação dos Estados nacionais no Oriente Médio e, sobretudo, com o surgimento de Israel. E assim como Kassir, este autor também guarda reservas quanto a esta caracterização ideológica de tais períodos históricos.

9 CONCLUSÃO

Valendo-se das lições históricas apresentadas aqui, finalmente pode-se chegar a algumas conclusões sobre a atual Primavera Árabe. Antes de tudo, deve-se entender

o que levou à Primavera Árabe e no que ela consiste politicamente. O que levou médio-orientais, sobretudo árabes, às revoltas de meados de 2011 foram algumas das mesmas forças geradas pouco antes da queda do Império Otomano, sintetizadas no desejo de autodeterminação. Tais forças fizeram médio-orientais se rebelarem contra o Império Otomano; depois, fizeram com que estes se rebelassem contra os planos europeus na região e contra os líderes locais impostos aos novos Estados nacionais; depois levaram ainda, em alguns casos, à revoltas internas de cunho pan-arabista ou nacionalista – para além de outros conflitos internos de carácter étnico ou religioso, que hoje em geral são também de uma ou outra forma fortemente marcados pelo nacionalismo. Entre os grupos sociais envolvidos nos diversos países afetados estão, dependendo do contexto: diversos que de uma forma ou de outra manifestam apoio à causa palestina; elites tradicionais deslocadas do poder por regimes de inspiração pan-arabista, socialista ou nacionalista, além de movimentos políticos populares contrários a estas tendências; elites e grupos políticos populares de inspiração pan-arabista, socialista e nacionalista que não encontram espaço político nos regimes políticos das monarquias locais; islamistas de diversas tendências; grupos de direitos humanos; jovens de inspiração democrática; grupos que reclamam melhores condições econômicas e/ou autonomia moral e política; e outros mais.

O título de Primavera Árabe⁴⁸ sugere um florescimento de algo que se manteve dormente por décadas. Sugere mesmo que a atual fase de decadência do mundo árabe, segundo uma própria perspectiva árabe ou mesmo aquela de Lewis, chegou ao fim. O termo não indica exatamente o que virá depois, mas sugere também que será algo melhor que aquilo que existia até então. A história que aqui se apresenta sugere um entendimento diferente. Sugere que décadas de dominação por ditaduras seculares ou religiosas, de orientação socialista ou não, não apagaram o desejo de autodeterminação da maioria dos árabes. Assim, esse admirável mundo novo não é tão novo assim. Os acontecimentos de meados de 2011 podem ainda ser chamados de Primavera Árabe desde que por conceito entenda-se o ganho de *momentum* de sentimentos, desejos, objetivos políticos, e outras forças que já estavam em movimento desde antes do início da Revolução de Jasmim na Tunísia – evento que desencadeou toda a onda de revoltas que se seguiu em 2011.

Dito isso, a mídia e muitos analistas parecem esquecer-se também que essas forças não estão em movimento apenas no mundo árabe. No Oriente Médio elas foram responsáveis também, por exemplo, primeiro pela Revolução Iraniana em

48. Ainda que seja praticamente impossível precisar a origem do termo como referência a seu atual significado seja difícil, o termo Primavera Árabe começou a ser utilizado em profusão pela rede Al-Jazeera. O termo era utilizado por outras mídias, desde 2005, com outro significado, relativo à Guerra do Iraque. Desde meados de 2011, entretanto, seu significado mudou radicalmente, já que antes se entendia por este termo a invasão iraquiana como seu potencial causador, hoje o conceito sugere o carácter popular das revoltas de meados de 2011.

1979 – quer se aplauda ou não – e depois pelo próprio “Movimento Verde” de 2009 e 2010 –⁴⁹ que pode ser largamente entendido como uma contrarrevolução à Revolução Iraniana. Mais recentemente, a mais pacífica transição de paradigma governista na Turquia – de um modelo radicalmente secularista para um modelo islamista-revisionista – também pode ser vista como tendo sido alavancada pelas mesmas forças que alavancaram a Primavera Árabe.

A questão que se segue é: o que se pretende com essa Primavera – até aqui mais ou menos bem sucedida dependendo do contexto específico médio-oriental em questão? O Movimento Verde, de milhões de iranianos, criticava, sobretudo, o autoritarismo do atual regime e seu excessivo envolvimento na esfera privada. Enquanto que a ascensão do PJD na Turquia demonstrava o apoio popular a um compromisso menos antitético aos valores islâmicos locais e ao secularismo do Estado. Já a Revolução de Jasmim na Tunísia começou com uma revolta contra os altos custos de vida da população local e acabou como uma revolução contra o regime autoritário de Ben Ali. A Revolução de Jasmim tomou outra dimensão quando muito por contágio, como já diria Sir James Frazer,⁵⁰ se espalhou pelo resto do mundo árabe tornando-se a Primavera Árabe – e tomando uma forma muito mais complexa, de inspirações e demandas diversas. Apesar das diferenças, o que todas essas revoltas têm em comum é que todas ao menos começaram como movimentos populares que de alguma forma visaram a melhoria da qualidade de vida e a acomodação política de valores sociais locais. Uma foi inspirada pelo sucesso da outra, passando a acreditar em um sucesso que até então lhes parecia inalcançável. No processo, tanto ditadores de inspiração nacionalista e secularista quanto monarcas ou emires com fortes laços com o Ocidente e que buscavam legitimidade no islã passaram a sofrer forte pressão popular.

A próxima questão é um pensamento sobre o que virá depois. Compondo o espectro de forças revoltosas, especialmente nos países de governo de orientação secular-nacionalista árabe, estão movimentos sociais e sujeitos motivados pelo islã. No entanto, pelo próprio caráter popular das revoltas, o islã é apenas uma força entre outras. Ainda que existam partidos e movimentos sociais que se utilizem de um discurso islâmico como moralizador da política, tal como a Irmandade Muçulmana no Egito, o islã é muito mais que simplesmente um aporte político ou mesmo religioso. Prova disso é a variedade de discursos sobre a política no Oriente Médio, que se utiliza de um idioma como uma variável componente islamista, por parte do próprio povo revoltoso. Da mesma forma, na Líbia e na Síria, por exemplo, parte daqueles que se manifestaram em favor dos atuais dirigentes estatais também se utiliza de um idioma em parte islâmico.

49. Depois da fraude nas eleições nacionais iranianas, várias posições ideológicas distintas saíram às ruas buscando, mesmo ao final dos protestos, a saída do presidente Iraniano Mahmoud Ahmedinejad.

50. Em *O ramo de ouro* (Frazer, 1982).

Fato é que o islã não deve ser apenas tratado enquanto religião no Oriente Médio, e o islã na política não deve ser entendido necessariamente enquanto antissecularista. O islã é, antes de tudo, um componente cultural no Oriente Médio e, como tal, é fonte de construção e manutenção de valores locais em geral.

Assim, um governo com valores islâmicos não é necessariamente mais religioso que um governo secular ocidental, cujos valores estão fundados na história do cristianismo. E, da mesma forma, a democracia “islâmica” turca atual não é menos democrática que a democracia brasileira ou a americana. Isto responde à última importante questão que o Ocidente tem colocado frente às Primaveras Árabe: deve-se temer os islamistas? De acordo com o pensamento anterior, a resposta mais direta para essa pergunta é *não* – ao menos não incondicionalmente, como se o islã fosse essencialmente uma fonte de problemas enquanto o cristianismo não o é; ou, em outras palavras, como se um governo com ideais islâmicos trouxesse mais problemas que um governo – mesmo secular – erigido sobre valores cristãos; ou ainda, como se os muçulmanos fossem por definição (por exemplo, por alguma ética teológica) mais religiosos ou mais radicais que os cristãos.

Como já apontado no início deste artigo, tal pensamento é em parte uma construção orientalista – e, portanto, ocidental – e em parte realização de uma minoria radical bastante influenciada pelo pensamento e pelas práticas políticas ocidentais. Na prática, em grande parte do Oriente Médio pós-colonialista, a repressão (por vezes brutal) à Irmandade Muçulmana e a outros grupos islâmicos tem sido a regra. Nada mais esperado, portanto, que o islã volte como ícone de liberdade e como o principal elemento capaz de sustentar a autenticidade e legitimidade de novos regimes de governo no mundo muçulmano; e que seja uma alternativa viável entre a dureza da repressão colonialista e à severidade da repressão pós-colonialista de alinhamento secular e inspiração ocidental.⁵¹ Nesse sentido, o idioma atual de radicais muçulmanos é o islã tanto quanto o islã é o idioma daqueles de visão política reformista mais moderada que buscam a acomodação do “Oriente” com o “Ocidente”. Uma vez que o islã é o idioma cultural local – ou ao menos parte importante dele –, não nos autoriza de forma nenhuma a reificar uma ficcional teologia islâmica antiocidente e radical à custa de todo o contexto pós-colonial da região. Como foi colocado antes, a Primavera Árabe é apenas parte de um movimento muito mais amplo acontecendo no Oriente Médio já há algum tempo. E nesse sentido, o fato de que a onda de protestos aconteceu em praticamente todo o Oriente Médio, menos na Turquia (ou ao menos ali não da mesma forma), onde a acomodação das novas tendências políticas se deu de

51. Aqui, uma comparação com o processo de democratização da América Latina seria interessante, dado que a religião do Oriente Médio colonizado era diferente – e se manteve diferente – daquela do colonizador, ao passo que na América Latina a religião pouco esteve relacionada com o caráter autóctone das forças anticoloniais.

maneira democrática e relativamente pacífica, apenas demonstra um compromisso entre certa forma de secularismo não laico e o islã.

Como apresentado, se por um lado o Oriente Médio é certamente moderno à sua maneira mesmo antes da Primavera Árabe, por outro lado visões de mundo ocidentais tais como as de Samuel Huntington – e seu paradigma do *clash of civilizations* – tem sido absorvidas por árabes e outros médio orientais (como paquistaneses, iranianos, afegãos, e outros), reforçando o estranhamento cultural entre muçulmanos e o Ocidente (com repercussões políticas, econômicas, religiosas e étnicas). A visão de Bin Laden não era, nesse sentido, muito distante da de Huntington. Segundo Samir Kassir,⁵² a decadência do mundo árabe tem sido então assim atribuída a uma impossibilidade de modernizá-lo. O problema atual, segundo Kassir, está justamente em entender o Oriente Médio por meio de uma visão orientalista,⁵³ segundo a qual a modernização e o islã não são possíveis lado a lado (KASSIR, 2006) e, portanto, democracia e islã são também incompatíveis.

E foi justamente aqui que a Primavera Árabe surpreendeu a todos, pois é possível entender que as atuais revoltas podem virar a página da história do mundo árabe segundo os próprios árabes e para os próprios árabes, trazendo consigo o início de uma nova era no Oriente Médio como um todo. Robert Fisk – que em duas ocasiões entrevistou Bin Laden em pessoa – chegou a dizer que a Primavera Árabe tem feito Bin Laden e o tipo de ideologia que ele sustentava muito menos apelativo no mundo árabe (ALJAZEERA, 2011). Concordando com Fisk, salienta-se ainda que a Primavera Árabe apenas conseguirá levar o Oriente Médio a uma nova fase histórica se conseguir encontrar um meio termo entre as duas principais tendências modernas do Oriente Médio tais como apresentadas neste artigo: *i*) de um lado nacionalismos e pan-arabismo que flertam com o socialismo e com o autoritarismo; e *ii*) de outro um islamismo radical transnacionalista e sectário, tanto em suas vertentes sunita quanto xiita. Nesse sentido, a ideologia reformista da Irmandade Muçulmana aparece entre os árabes como uma das fontes possíveis de idealização do novo Oriente Médio e a Turquia pós-moderna de hoje (religiosa, mas mais tolerante que a anterior *laïcité* autoritária) enquanto modelo prático. E mesmo com todas as suas limitações – que não convém aqui anunciar – o exemplo da Turquia demonstra como é possível existir na prática um governo democrático fundado em valores islâmicos.

Entretanto, a Primavera Árabe não trouxe e provavelmente não trará um admirável mundo novo caracterizado como uma utopia médio-oriental islâmica vista com descrença pelo Ocidente, ou como uma utopia ocidental democrática liberal vista com descrença pelo Oriente. E não se trata tampouco de achar que

52. Kassir foi assassinado em 2006, logo após Rafiq al-Hariri, por forças ainda não totalmente conhecidas.

53. Utiliza-se aqui o termo no sentido dado por Said, já que Kassir não usa este termo.

o islamismo moderado trará soluções para algumas das principais questões sociais do Oriente Médio, tal como, por exemplo, o sectarismo e a política étnica. O sectarismo está mesmo presente na base sistema político e legal do Líbano, em alta também no Iraque pós-Saddam Hussein, no Egito (sobretudo entre coptas e muçulmanos), no Iêmen (entre xiitas zaydi e sunitas) e no Bahrein (entre sunitas e xiitas). Já a questão étnica define muito da relação dos curdos, armênios, berberes, judeus e palestinos na Turquia, Irã, Iraque, Líbano, Egito, Síria, Israel e os Territórios Ocupados, e outros países ainda. O caso dos judeus e dos palestinos que habitam em todas as partes do Oriente Médio aponta para como a religião e a nacionalidade são muitas vezes tratados no Oriente Médio enquanto etnicidade – como salientado pelo autor em mais de uma ocasião (SCHIOCCHET, 2011a; 2011b). No Egito, a Primavera Árabe foi palco de cenas raras, por exemplo, coptas fazendo um cordão humano para proteger os muçulmanos que rezavam na Praça da Libertação (*Saba al-Tahrir*) durante as manifestações. Contudo tão logo o governo de Mubarak cedeu à pressão, a violência sectária retomou fôlego. Seria ingênuo achar que a Primavera Árabe ou um islamismo político moderado trará a acomodação de todas as forças sociais do Oriente Médio, tanto quanto achar que tal acomodação em qualquer lugar é possível. Ainda assim, não vejo razão para se pensar que um governo islamista fosse necessariamente acirrar ainda mais tensões sectárias ou étnicas – pelo menos não mais que muitos dos governos seculares que estiveram ou estão em perigo com a Primavera Árabe.

Além disso, bem no cerne do atrito entre o Ocidente e o Oriente huntingtonianos – esse mesmo que sugere-se que como tal deve deixar de existir tanto entre orientais quanto entre ocidentais –, ainda se encontra a questão da Palestina como elemento difusor essencial de toda e qualquer força que se manifeste no sentido de acomodar as diferenças entre “nós” e “eles”. Isto é, uma acomodação “mais permanente”⁵⁴ das fronteiras entre o Ocidente e o Oriente muçulmano apenas será possível quando uma solução à questão Palestina for finalmente encaminhada. Assim, já a guisa de conclusão, a Primavera Árabe se trata justamente de um processo de acomodação de forças (políticas, sociais, étnicas e religiosas) que ainda não emergiu com uma direção definida e que poderá durar muito mais tempo que as revoluções costumam levar. Isso justamente porque revoluções costumam possuir uma ideologia definida, ou ao menos produzir uma tão logo se institua um vácuo de poder.

Em termos acadêmicos, entende-se – como Samir Kassir – que para melhor entender esse momento histórico deve-se substituir o choque de civilizações huntingtoniano pelo conceito de civilização Lévi-Straussiano, segundo o qual

54. As aspas aí estão para entender minha colocação em sentido relativo, pois entendo que em nenhum contexto social há uma acomodação de forças permanente.

civilização (...) não é uma categoria e, portanto, não pode conter hierarquias ‘naturais’; e humanidade é apenas uma, já que se apoia em uma fundação antropológica comum (...), não devemos confundir terrorismo com resistência, assim como o Ocidente confunde resistência com terrorismo (KASSIR, 2006, p. 85-86).⁵⁵

Kassir esperava que, dessa maneira, os árabes aprenderiam como “integrar pluralidade em sua unidade de tempo e espaço” e deixar de pensar nas diferenças como uma forma de divisão. De forma simétrica, não apenas árabes deveriam considerar o conselho de Kassir, mas também outros médio-orientais e, sobretudo, “nós, Ocidentais”. Só assim, quem sabe, talvez o próximo Samir Kassir não seja assassinado – como este o foi – por repudiar tanto um mundo tal como visto por muçulmanos radicais como Bin Laden de um lado, quanto o mundo de seu executor – que recentemente exibiu sua cabeça como troféu da suposta vitória ocidental sobre um terrorismo que constrói, erroneamente, como bastante distante de suas próprias ações.

REFERÊNCIAS

- AFARY, J. **Foucault and the Iranian revolution: gender and the seductions of islamism**. Chicago: Chicago University Press, 2005.
- AJAMI, F. **The vanished imam: musa al-sadr and the shia of Lebanon**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- ANDERSON, B. **Imagined communities: reflections on the origins and spread of nationalism** London: Verso, 2006.
- ALJAZEERA. **Central & South Ásia**. 2011. Disponível em: <<http://english.aljazeera.net/news/asia/2011/05/20115241936984209.html>>.
- ASAD, T. **Anthropology & the colonial encounter**. London: Ithaca Press, 1973.
- _____. **Genealogies of religion: discipline and reasons of power in christianity and islam**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- _____. **Formations of the secular: christianity, islam, modernity**. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- _____. **On suicide bombing**. New York: Columbia University Press, 2007.
- AUSTIN, J. **How to do things with words**. 2nd ed. Boston: Harvard University Press, 1975.
- DAS, V. **Critical events**. London: Oxford University Press, 1997.

55. No original: “civilization (...) is not a category and hence cannot contain ‘natural’ hierarchies; and humanity is one, since it rests in common anthropological foundation (...) we must not confuse terrorism with resistance, as the West confuses resistance with terrorism”.

DUMONT, L. **German ideology**: from France Germany and back. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Balfour declaration**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/50162/Balfour-Declaration>>.

FRAZER, S. J. **O ramo de ouro**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

FROMKIN, D. **A peace to end all peace**. New York: Holt Paperbacks, 2009.

GÖLE, N. Snapshots of islamic modernities. **Daedalus**, v. 129, n. 1, p. 91-117, Winter 2000.

HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. **The Invention of Tradition**. Cambridge: The Press Syndicate of the University of Cambridge, 1983.

HOURANI, A. **The history of Arab peoples**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

HUNTINGTON, S. P. The clash of civilizations? **Foreign Affairs**, v. 72, n. 3, p. 22-49, Summer 1993.

_____. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Simon & Schuster, 1996.

HUXLEY, A. **Brave new world**. New York: Harper Collins Publishers, 2005.

KASSIR, S. **Being Arab**. London: Verso, 2006.

KHALIDI, R. **Palestinian identity**. New York: Columbia University Press, 1998.

KHATER, A. **Inventing home**: emigration, gender, and the middle class in Lebanon, 1870-1920. Los Angeles: University of California Press, 2001.

LAPIDUS, I. M. A history of islamic societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1981.

LEWIS, B. The Roots of Muslim Rage. **The Atlantic Monthly**, v. 266, n. 3, p.47-60, Sept. 1990.

LINDHOLM, C. **The Islamic middle east**: tradition and change. Malden: Blackwell, 2002.

MAHMOOD, S. **Politics of piety**: the Islamic revival and the feminist subject. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

MAKDISI, U. **The culture of sectarianism: community, history, and violence in nineteenth-century ottoman Lebanon.** Los Angeles: California University Press, 2000.

MANSFIELD, P. **The British empire.** London: Time-Life Books, 1973. n. 75.

MITCHELL, R. P. **The society of the muslim brothers.** Oxford: Oxford University Press, 1993.

NORTON, R. A. **Hezbollah: a short story.** New Jersey: Princeton University Press, 2007.

PAPPE, I. **A history of modern Palestine: one land, two peoples.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PINTO, P. **Islã: religião e civilização.** Aparecida: Santuário, 2010.

ROY, O. **Globalized Islam: the search for a new ummah.** Columbia: Columbia University Press, 2004.

SAADEH, S. **The social structure of Lebanon: democracy or servitude.** Beirut: Dar An-Nahar, 1993.

_____. **Antoun Saadeh and democracy in geographic Syria.** London: Folios, 2000.

_____. **The quest for citizenship in post-Taef Lebanon.** Beirut: Sade Publishers, 2007.

SAID, E. W. **Orientalism.** New York: Pantheon Books, 1978.

_____. Representing the colonized. Anthropology's interlocutors. **Critical Inquiry**, v. 15, n. 2, p. 205-225, 1989.

SALIBI, K. The Lebanese identity. **Journal of Contemporary History**, London, v. 6, n. 1, p. 76-86, 1971.

SAYIGH, R. **The palestinians: from peasants to revolutionaries.** London: Zed Books, 2007.

SCHIOCCHET, L. **Refugee lives: ritual and belonging in two palestinian refugee camps in Lebanon.** 2011. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia da Boston University, Boston, 2011a.

_____. Between the catastrophe and the promised return: Palestinian refugee trajectories and conceptions of time in Lebanon. *In*: BEHRENSSEN, M.; LEE, L.; TEKELIOGLU, A. S. (Eds.). **Modernities revisited.** Vienna: IWM Junior Visiting Fellow's Conference, 2011b. v. 29. Disponível em: <http://www.iwm.at/index.php?option=com_content&task=view&id=424&Itemid=125> .

SCHOLZE, K. **The arab-israeli conflict.** London: Pearson education Limited, 2008.

STARRETT, G. **Putting Islam to work**: education, politics, and religious transformation in Egypt. Los Angeles: University of California Press, 1998.

TRABULSI, F. **A history of modern Lebanon**. London: Pluto Press, 2007.

UNISPAL – UNITED NATIONS INFORMATION SYSTEM ON THE QUESTION OF PALESTINE. **Arquivo Oficial Online**. 2011a. Disponível em: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/5bff833964edb9bf85256ced00673d1f?OpenDocument&Highlight=2,faisal>>.

_____. **Arquivo Oficial Online**. 2011b. Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/b08168048e277b5a052565f70058cef3?OpenDocument>>.

VERDEIL, É.; FAOUR, G.; VELUT, S. (Eds.). **Atlas du Liban**: territoires et société. Paris: CNRS Liban, 2007.

WHITE, J. **Islamist mobilization in Turkey**: a study of vernacular politics. Washington: University of Washington Press, 2002.

WICKHAM, C. R. **Mobilizing Islam**: religion, activism, and political change in Egypt. New York: Columbia University Press, 2002.